



ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DA

COVILHÃ

ATA N.º 03/2020

DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE JUNHO DE 2020

INICIADA ÀS 15 HORAS E 17 MINUTOS INTERROMPIDA PARA CONTINUAÇÃO DA SESSÃO DA MANHÃ.

RECOMEÇOU ÀS 17 HORAS E 26 MINUTOS. CONCLUÍDA ÀS 21 HORAS e 37 MINUTOS.

SUMÁRIO:	FL
ABERTURA	02
ANTES DA ORDEM DO DIA	05
APROVAÇÃO DE ATAS	--
EXPEDIENTE	05
ORDEM DO DIA	18
INTERVENÇÃO DO PÚBLICO	47
ENCERRAMENTO	47

ATA N.º 03 / 2020**ABERTURA**

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte, no Grande Auditório da Faculdade de Ciências da Saúde, sito em Covilhã, reuniu em Sessão Ordinária a Assembleia Municipal do Concelho da Covilhã, sob a presidência do Exmo. Senhor **Dr. João José Casteleiro Alves**. -----

--- O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia** declarou aberta a Sessão do dia 30 de junho, às 15 horas e 17 minutos e suspendendo-a, logo de seguida, para retomar os trabalhos da Sessão da manhã, que deveria ter sido realizada no mês de abril (foi adiada nos termos do disposto no artigo 3.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março). -----

Os trabalhos, da presente Sessão, foram retomados às 17 horas e 26 minutos com a seguinte: ---

-

ORDEM DE TRABALHOS**1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

- 1.1 – Expediente
- 1.2 – Intervenções

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

- 2.1 - Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da Atividade e Situação Financeira do Município;
- 2.2 – Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal no âmbito do PIP a implementar no terreno adjacente ao Welcome Center;
- 2.3 – Revogação do Plano de Pormenor dos Penedos Altos;
- 2.4 – 3.ª Alteração do PDM da Covilhã – Alteração por Adaptação – Transposição dos PEOT's para o PDM;
- 2.5 – Contratos de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, Cortes do Meio, Dominguiso, Orjais, Peraboa, S. Jorge da Beira, Teixoso e Sarzedo, Tortosendo e Unhais da Serra, para pagamento da taxa contributiva de 10% à Segurança Social;
- 2.6 – Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia Covilhã e Canhoso – Assistente Operacional a Tempo Inteiro – Ano Letivo 2019/2020;
- 2.7 – Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia Covilhã e Canhoso – Atividades de Animação e Apoio à Família no Pré-escolar – Ano letivo 2019/2020 – reforço;
- 2.8 – Atualização da Taxa de Ocupação do Subsolo;

- 2.9 – Plano Pormenor da Palmeira (Revogação);
- 2.10 – Contas Consolidadas;
- 2.11 – Primeira Alteração Orçamental Modificativa.

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

A sessão foi secretariada pelo 1.º e 2.º Secretários, respetivamente o Senhor António Paulo Pereira Ranito e a Senhora Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha. -----

Responderam à chamada os Excelentíssimos Senhores: **Dr. João José Casteleiro Alves, Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Fausto Herculano Branco Baptista em substituição de Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro, Prof.ª Doutora Maria da Graça Guilherme d'Almeida Sardinha, Prof.ª Doutora Maria da Assunção Morais e Cunha Vaz Patto, António Paulo Pereira Ranito, Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes, Doutor Hugo Ferrinho Lopes em substituição de Dr. João de Deus Relvas Daniel Lopes, Mónica Sofia Ramos Miguel em substituição de Prof. Bernardino Gata da Silva, Prof. Vítor Manuel Reis Silva, Dr. José Paulo Pina Simão, Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa, Dra. Joana Filipa Real Sardinha, Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino em substituição de Dra. Maria Tereza dos Santos Fazendeiro Roque Pereira, Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro, Arq.º João José Augusto Quelhas Gaspar, Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues, Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha em substituição de Dr. Marco Aurélio Mendes da Silva, Doutor António João dos Reis Rodrigues, Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo em substituição de João Vasco Azevedo Conceição Serra Caldeira, Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho, Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho e os Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia: Joana Patrício Campos (Aldeia de S. Francisco de Assis), Dr. Marco António Barreiros Gabriel (Boidobra), Dr. Jorge Ricardo Gouveia Viegas (Cortes do Meio), José Carlos Varandas Neves Matos (Dominguiso), João Ramos Almeida (Erada), Dr. Paulo Manuel da Cunha Ribeiro (Ferro), António José Gonçalves Pinto (Orjais), Gabriel Simões Lopes Gouveia (Paul), Sílvio Alexandre Santos Dias (Peraboa), José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira), Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de S. Miguel), Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo), Dra. Cátia Vanessa Alves Gaudêncio em substituição de José António Serra Guerreiro (Unhais da Serra), Dra. Daniela Sofia Pereira Correia (Verdelhos), Eng.º Luís dos Reis Morais (Barco e Coutada), César Araújo Craveiro (Casegas e Ourondo), Abel Fernando Pereira Cardoso em substituição de Carlos do Carmo Martins (Covilhã e Canhoso), Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio), José Alberto Sousa Pais (Teixoso e Sarzedo) e Daniel Nave Tavares (Vale Formoso e Aldeia de Souto).-----**

Não compareceu o Excelentíssimo Senhor **Pedro Nuno Cunha Leitão (Cantar Galo e Vila do Carvalho)**. -----

Verificada a existência de “quórum”, o Excelentíssimo Presidente da Mesa deu por **início aos trabalhos da presente Sessão**. -----

PRESENCAS DA CÂMARA MUNICIPAL

--- Estiveram presentes: o Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Vítor Manuel Pinheiro Pereira e os Senhores Vereadores: Dr. José Armando Serra dos Reis, Prof.^a Doutora Maria Regina Gomes Gouveia, Dr. Nuno Flávio Costa Reis em substituição de Dr. Adolfo Miguel Baptista Mesquita Nunes, Jorge Manuel Afonso Gomes; do corpo técnico: a Diretora do Departamento de Administração Geral e Coordenação Jurídica – Dra. Graça Isabel Pires Henry Robbins, o Diretor do Departamento de Obras e Planeamento – Eng.^o Jorge Manuel Galhardo Vieira, o Diretor do Departamento de Finanças e Modernização Administrativa – Dr. Júlio Manuel de Sousa Costa e, do Serviço de Apoio à Assembleia Municipal, a Técnica Superior Dra. Ivone Franco Correia e a Coordenadora Técnica Olinda Maria Alves Quintela Barata Carrola. -----

--- Esteve ainda presente do Gabinete de Proteção Civil o Técnico Superior Eng.^o André Ricardo Azevedo Morais. -----

--- Submetida a Ordem de Trabalhos à votação foi, a mesma, **aprovada por unanimidade.** -----

ORDEM DE TRABALHOS

1. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 – EXPEDIENTE

--- Nos termos da alínea *m*) do n.º 1 do artigo 29.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi dado conhecimento do seguinte expediente: -----

- Email do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a remeter, para conhecimento, o Projeto de Resolução “Informação aos cidadãos sobre as melhores práticas de deposição de resíduos como máscaras e luvas protetoras”; -----
- Email do Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva a remeter um Requerimento à Câmara Municipal, a solicitar informação sobre a repavimentação da Estrada Municipal, Ourondinho – Paul – Ourondo - Sobral S. Miguel, e a resolução dos problemas identificados nas fotografias que anexou; -----
- Email do Senhor Dr. Luís Manuel Carreira Fiadeiro a remeter um Requerimento, à Câmara Municipal, a solicitar informação referente à suspensão de transportes públicos em algumas Freguesias do Concelho; -----
- Email do Grupo Parlamentar “Os Verdes” a remeter, para conhecimento, a pergunta formulada ao Governo sobre “falta de transportes públicos em várias localidades do interior do país”; ---
- Email do Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva a remeter um Requerimento à Câmara Municipal sobre a manutenção e requalificação da Estrada Municipal entre Cruz de Unhais da Serra/Paul (sítio do Ourondinho) e Pedras Lavradas; -----
- Email do Senhor Prof. Vítor Manuel Reis Silva a remeter um Requerimento à Câmara Municipal a solicitar a reavaliação da situação da Passagem pública vedada pela organização Ananda Valley na Freguesia do Ourondo; -----
- Email do Senhor Dr. Jorge Manuel Roque Batista Fael a remeter a Petição “Redução urgente dos preços da água, saneamento e resíduos no Concelho da Covilhã”. -----

1.2 INTERVENÇÕES

LÍDERES

--- O Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** prescindiu do tempo de intervenção a benefício da apreciação e discussão dos restantes pontos. -----

--- O Senhor **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** fez a intervenção que se transcreve: **(Doc.01)** ----
“No Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã, continua a destruição de capital nesta empresa detida em mais de 80% pelo Município da Covilhã. Este ano volta a ser necessário injetar 75 mil euros para equilibrar financeiramente o Parkurbis. -----

Em 2013 foi dada mais uma machadada financeira pelo Presidente da Câmara da Covilhã ao Parkurbis quando perdeu a sede da Comunidade Intermunicipal Beiras e Serra da Estrela, que estava instalada no Parkurbis, a troco de ser presidente da CIM. -----

Durante dois anos, o Dr. Vitor Pereira foi Presidente de uma organização da qual hoje não quer fazer parte. Com a deslocalização da sede da CIM para a Guarda o Parkurbis deixou de arrecadar em rendas cerca de 150 mil euros até hoje. -----

Ao invés de se queixar dos elevados custos com o leasing imobiliário que permitiram construir o edifício do Parkurbis, devia antes pensar que nomeou um Conselho de Administração incapaz de encontrar receitas para compensar, por exemplo, a perda da sede da CIM para a Guarda. -----

Quando se nomeia um Conselho de Administração e se lhe diz que a empresa não tem como objectivo o lucro, corre-se o risco real de ter sistematicamente prejuízos avultados, apesar das ajudas financeiras que sistematicamente são disponibilizadas. -----

A ADC- Águas da Covilhã, empresa detida em 51% pelo Município da Covilhã, anulou uma dívida de aproximadamente 37 mil euros de faturas de água a Parkurbis e Associação Parkurbis. -----

A anulação desta dívida significa que o Parkurbis se está a financiar com os valores de água cobrados às empresas instaladas no Parque de Ciência e Tecnologia da Covilhã. -----

Significa também que os 51% do capital detido na ADC pelo Município da Covilhã chegam para anular faturas de água no Parkurbis mas esses 51% não são suficientes para baixar a fatura da água aos Covilhanenses. -----

O PSD não aceita que os prejuízos do Parkurbis sejam suportados apenas pelo Município da Covilhã. Os restantes titulares de capital do Parkurbis devem ser chamados a pagar o equilíbrio financeiro da empresa. -----

*Por tudo o que fomos apresentando nesta Assembleia, o Grupo Municipal do PSD apresenta a seguinte proposta que deve ser submetida a votação: **(Doc.02)** -----*

Recomendação -----

Proposta -----

O Parkurbis – Parque de Ciência e Tecnologia, é uma empresa detida em mais de 80% pelo Município da Covilhã. -----

Os constantes resultados líquidos negativos do Parkurbis conduzem a necessidades de equilíbrios financeiros. -----

O Município da Covilhã tem sido o único accionista a participar nos equilíbrios financeiros pela percentagem do capital que detém, que actualmente é superior a 80%. -----

O Grupo Municipal do PSD não aceita que o Município da Covilhã seja o único pagante quando há necessidade de equilibrar financeiramente o Parkurbis, pelo que, apresenta esta proposta que deve forçar os outros detentores de capital a participar nos equilíbrios financeiros. -----

Detentor da maioria do capital social o Município da Covilhã deve através de Assembleia Geral fazer cumprir esta proposta saída da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

A proposta que se apresenta a votação não aumenta a despesa nem diminuiu a receita do Município da Covilhã. -----

30 de junho de 2020, -----

Grupo Municipal do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã. -----

*--- Colocada à votação a **Recomendação** foi a mesma **rejeitada com 27 votos contra (PS, CDS-PP e Presidentes de Junta/ União de Freguesias), 5 abstenções (DNCCP e PCP) e 2 votos a favor (PSD).***

Foi feita Declaração de Voto -----

*- Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (DCS-PP)**: “Votámos contra esta proposta do PSD, porque temos consciência que não são os Sócios minoritários que têm que arcar com a irresponsabilidade do Município.*

Não posso deixar de dizer que, e penso que não estou enganado, mas há aqui administradores do Parkurbis que votaram agora esta situação quando não o podiam ter votado. E esta é a falta de vergonha da própria Câmara e dos representantes da Câmara no Parkurbis.” -----

*- Senhor **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)**: “É só para pedir que isto fique registado em ata.”-*

*--- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** prescindiu do tempo de intervenção a benefício da apreciação e discussão dos restantes pontos. -----*

*--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** fez a seguinte intervenção: **(doc.03)***

“Declaração Política -----

Em tempo de guerra não se trocam generais pois a substituição é encarada pelo inimigo como um sinal de fraqueza. -----

António Costa sabe que durante a crise não se devem substituir ministros. O facto será encarado pela oposição como um erro de quem não se soube reunir das pessoas certas. -----

Foi assim com Constança Urbano de Sousa, ministra da administração interna aquando do incêndio de Pedrogão. Só três meses depois doo incêndio, já com o rescaldo concluído, a demissão teve lugar. -----

Mas vamos esperar para ver se a história se repete. António Costa parece já ter perdido a serenidade indispensável e exigível a um governante. Parece ter perdido as estribeiras com a sua ministra da saúde. Parece já ter perdido o controlo da situação provocada pela pandemia. -----

Numa reunião que teve lugar no Infarmed o primeiro-ministro interrompeu a sua ministra da saúde e chamou-a, com todas as letras e à boca cheia de mentirosa e comentou para quem quis ouvir, que aquele discurso não tinha nenhuma utilidade. -----

A Ministra referia naquele momento que a região Norte do país registou mais casos de infeção pelo novo corona vírus, durante o confinamento do estado de emergência, quando comparado com aqueles que estão a surgir na Zona de Lisboa e Vale do Tejo e que o facto era consequência de determinados sectores, nomeadamente o da construção civil, nunca terem parado. -----

Entre a opinião de uma ministra, certamente sustentada em pareceres técnicos e a utilidade de discurso, António Costa optou pela que terá maior e melhor impacto no público, procurando, de uma maneira falaciosa, preservar a sua imagem sem ter em conta que a imagem da sua ministra também devia ser preservada. -----

Marta Temido também fez jus ao seu nome e já veio a público, numa atitude de perfeita subserviência e de quem não gosta e não quer perder o lugar, desculpar o seu chefe dizendo que se, porventura, António Costa lhe puxou as orelhas, certamente, teria razões para isso, acrescentando que estamos todos muito cansados. -----

- Compreende-se que o cansaço comece a fazer estragos. Já foi e continua a ser assim com os profissionais de saúde. -----

- Compreende-se que se estejam a encontrar dificuldades para quebrar as novas cadeias de contágio pois o vírus é agora mais contagioso. -----

- Compreende-se que os novos focos que têm surgido possam perturbar quem já pensava que a crise estava ultrapassada. -----

- Aceita-se que o País atravessasse um período difícilimo e que qualquer português deve dar o contributo efetivo que lhe é exigido para o ultrapassar. -----

- Já não se compreende o carimbo de inutilidade e incompetência que António Costa colocou na sua Ministra. -----

- Já não se compreende a falta de urbanidade de António Costa para com a sua ministra ao chamá-la de mentirosa. -----

Já não se compreende que desde o início da pandemia não haja reuniões de coordenação entre os hospitais da grande Lisboa. -----

Mas a senhora Ministra fala em cansaço. Será? Ou teremos de falar de incompetência, irresponsabilidade ou falta de coluna vertebral? -----

Por mais afinado que esteja o aparelho de comunicação do governo parece que já não consegue disfarçar a situação difícil e dramática em que nos encontramos. -----

Estará o governo PS desmoranar-se? -----

Mais cedo do que tarde saberemos” -----

--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)** prescindiu do tempo de intervenção a benefício da apreciação e discussão dos restantes pontos. -----

INTERVENÇÕES

--- Foi concedido o uso da palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

--- A Senhora **Dra. Maria da Graça Frazão Castelo Branco Sousa (CDS-PP)** fez uma intervenção colocando questões sobre o próximo ano letivo: **(Doc.04)**. -----

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, -----

Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, -----

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal, -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia, -----

Senhores Vereadores, -----

Representantes dos órgãos de comunicação social -----

Senhoras e Senhores Municípes -----

Perante a intenção do Governo arrancar o ano letivo de 2020-2021 com aulas presenciais, entre 14 e 17 de Setembro, e dada a (ainda) situação de pandemia que se vive em todo o mundo, aumenta a ansiedade nas escolas quanto à forma como a vida ali será feita, com máscaras na cara, pouco convívio nos recreios, encerramentos pontuais à medida de eventuais surtos provocados pelo novo coronavírus e medo entre pais, professores e funcionários. -----

Tendo em consideração que a CMC aceitou a transferência de competências na área da Educação, gostaríamos de saber o que já foi feito e está previsto fazer no próximo ano letivo, ao nível da organização escolar e das estratégias a adotar perante a situação atual. -----

Muito obrigada -----

A representante do Grupo Municipal do CDS, -----

Graça Castelo-Branco” -----

--- O Senhor **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)** referiu-se aos transportes públicos: **(Doc.05)** -----

“Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal e respectiva mesa -----

Exmo Sr. Presidente da Câmara Municipal -----

Senhora e Senhores Vereadores -----

Ilustres técnicos e chefes de Divisão Municipal -----

Senhoras e Senhores Membros da Assembleia Municipal -----

Senhoras e Senhores Presidentes de Junta-----

Comunicação social e público presente. -----

Falemos de transportes públicos -----

No início da primeira fase de desconfinamento, as Freguesias Rurais do nosso Concelho foram surpreendidas com a falta de transportes públicos. -----

Na primeira semana, ainda se pensou que este serviço continuava suspenso mas, a verdade é que estavam suspensos todos os serviços, excepto um dois onde houve contratação de serviços mínimos por parte do Município. -----

A contratação de serviços mínimos foi no mínimo hilariante porque escolheram o início da rota onde menos abrange o maior número de pessoas a usufruir de transportes públicos. -----

A 22/04/2020, a bancada do Movimento de Novo Covilhã, através do nosso líder, Dr. Luís Fiadeiro, enviou um Requerimento ao Sr. Presidente da Câmara, onde solicitávamos esclarecimentos sobre essa contratação de serviços mínimos, como, porquê, até quando e demos sugestões como abranger outras Freguesias mas até hoje não obtivemos qualquer resposta, no mínimo, acusavam a recepção do Requerimento, dizendo que o assunto estava a ser tratado. É necessário respeitar os órgãos eleitos e os seus representantes, é assim que nós fazemos, é assim que exigimos ser tratados. -----

Entretanto, repuseram transportes públicos em todas as Freguesias com saídas de ao início da manhã e só regresso ao final do dia, em regime de serviços mínimos. -----

Até hoje ainda não percebemos o que se passa em concreto, porque a decisão para reposição destes serviços é da responsabilidade do executivo da Comunidade Intermunicipal e não se vê nem temos conhecimento de desenvolvimento do processo. -----

É assim que se este executivo defende as pessoas e as populações das Freguesias Rurais, não tendo pressa em resolver assuntos de necessidade e de interesse público. -----

No reinício das aulas do 11.º e 12.º anos, todos os tivemos conhecimento da falta de transportes escolares, mais uma vez o executivo camarário falhou ao não ter atempadamente tratado deste assunto. -----

Ao que tudo indica, em Setembro começa o novo ano lectivo e esperamos e desejamos que os alunos a tempo e horas tenham transportes escolares. -----

Passados dois meses tudo continua na mesma, ou seja, todos pensam que assim continua mas não. Assim, O Movimento de Novo Covilhã pergunta ao Sr. Presidente da Câmara se é verdade esta situação e o que pensa o Executivo Camarário fazer para que as pessoas e as Freguesias tenham e mantenham o serviço de transportes públicos que têm direito enquanto contribuintes e cidadãos deste País e deste Concelho. -----

Disse -----

O Movimento de Novo Covilhã -----

30/06/2020 -----

Fausto Baptista”-----

--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** apresentou uma Moção com seguinte teor: *(doc.06)* -----

“MOÇÃO APOIO À CONSTRUÇÃO DO IC6 IC7 e IC37 -----

Como irá resistir o Interior Beirão a uma doença silenciosa, progressiva, contagiosa e incapacitante chamada DESPOVOAMENTO? -----

Já muito se ouviu falar numa equação para salvar o interior composta por investimento, emprego, empresas, postos de trabalho, qualidade de vida, acessibilidades, portagens, salvaguarda do que ainda existe, facilidades, isenção fiscais, protecção à família, etc, etc.. Porém, a equação, até agora, tem dado um resultado igual a Zero. A desertificação e o despovoamento do interior continuam, de modo implacável, a fazer um percurso de morte anunciada. -----

Observemos a informação relativa à Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela

Concelho	População em 1950	População em 2011	População perdida	% Perdas	Perda diária
Almeida	17480	7242	10238	58,56	
Belmonte	9848	6859	2989	30,35	
Celorico	16732	7693	9039	54,02	
Covilhã	68522	51797	16725	24,40	
F. C. Rodrigo	14912	6260	8652	58,02	
F.Algodres	10645	4989	5656	53,13	
Fundão	49941	29213	20728	41,50	
Gouveia	27673	14046	13627	49,24	
Guarda	51468	42541	8927	17,34	
Manteigas	5390	3430	1960	36,36	
Meda	13697	5202	8495	62,02	
Pinhel	22270	9627	12643	56,77	
Sabugal	43513	12544	30969	71,17	
Seia	35962	24702	11260	31,31	
Trancoso	20632	9878	10754	52,12	
CIMBSE					7.75
Total	408685	236023	172662	42,24	

(Fonte: elaboração própria)

O abandono dos campos, encerramento de empresas, envelhecimento da população, um saldo natural negativo, os fluxos migratórios, as acessibilidades entre outras causas, poderão ter determinado que entre 1950 e 2011 o território pertencente à CIMBSE tenha perdido 172.662 habitantes ou seja 42,24% da sua população. -----

Há vários Concelhos integrantes desta Comunidade Intermunicipal que nos últimos sessenta anos perderam mais de 50% da sua população, sendo o mais marcante o caso do Concelho do Sabugal com uma perda superior a 70%. -----

Por outro lado, apesar da apregoadada coesão territorial, as assimetrias entre o litoral e o interior são cada vez maiores. É no litoral que se concentram os recursos, as pessoas, as oportunidades os meios de produção e os investimentos públicos. Os sucessivos governos têm ignorado o interior e se olharmos para o plano de investimento publico 2020-2030, facilmente concluímos que vão continuar a ignorar. -----

O Combate às assimetrias territoriais passa obrigatoriamente, por uma rede viária que não só facilite mas que também induza o acesso ao interior, contribuindo, de modo determinante, para renovar o tecido empresarial, reanimar a atividade económica, repovoando o Interior. -----

É neste contexto que se inserem os Itinerários complementares IC6 que ligue Coimbra/Figueira da Foz à Covilhã e articulação desta com Viseu; o IC7 para substituir a estrada nacional 17, servindo as cidades de Seia e Gouveia como portas de entrada para a Serra da Estrela e o IC37, fazendo a ligação a Viseu e à Rede Nacional de Autoestradas. -----

Neste contexto, a Assembleia Municipal da Covilhã delibera: -----

- Reafirmar a importância do IC6, IC7 e IC37 para o desenvolvimento económico e consequente combate ao despovoamento e desertificação do interior beirão; -----
- Exigir que o Governo cumpra o seu dever para com o Interior e inclua nas suas prioridades a construção dos referidos Itinerários. -----

Dar conhecimento: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Ministério das Infraestruturas e Habitação, Ministério da Coesão Territorial, Grupos Políticos da Assembleia da República, Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia da CIMBSE. -----

Assembleia Municipal da Covilhã, 30 de Junho de 2020 -----

António João dos Reis Rodrigues (De Novo Covilhã/ Movimento Independente) ” -----

*--- Colocada a **Moção Apoio à Construção do IC6, IC7 e IC37** à votação, foi a mesma **aprovada por unanimidade**. -----*

*--- O Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** referiu que no passado dia 25 de junho, a Assembleia de Freguesia do Tortosendo, aprovou por unanimidade uma proposta, apresentada pelo Partido Socialista, para aquisição de um Kit de combate a incêndios e disse: -----
“Senhor Presidente da Câmara estamos a entrar em mais uma fase de perigo de incêndio, o Tortosendo tem uma vasta zona verde, acontece que nós fizemos este pedido à Câmara Municipal da Covilhã, há um ano, e a resposta foi negativa. Eu gostaria que o nosso pedido fosse revisto, positivamente, por parte da Câmara Municipal e que seja considerado que adquirimos uma viatura e não pedimos qualquer apoio.”-----*

*De seguida, falou sobre uma praga de baratas nas condutas de esgotos – solicitaram apoio à ADC e a resposta foi: *a área de intervenção da ADC no controle de pragas é a Cidade da Covilhã, pelo que a solicitação se enquadra fora das competências desta Empresa Municipal.* -----*

Referiu, também que gostaria de saber, no que respeita a limpeza de saneamentos, tudo o que é condutas, se há Cidadãos de primeira e de segunda? Porque a resposta que a ADC dá e, também já o fez a moradores da Freguesia é: *não é da nossa responsabilidade* e sacodem a água do capote para a Junta de Freguesia; -----

Iluminação do Parque de São Miguel, muita gente tem procurado o Parque, gostaríamos de saber para quando a resolução daquele projeto de iluminação; -----

Como está a situação dos passeios entre a Rotunda do TCT e a Zona Industrial; -----

Solicitaram informação à Câmara Municipal acerca do perigo da Ponte Pedonal do Eixo TCT e não tiveram resposta; -----

Solicitou que das intervenções feitas no Tortosendo, a Câmara Municipal desse conhecimento à Junta de Freguesia, porque tem acontecido que a ADC faz intervenções e a própria Câmara Municipal faz intervenções – *e a pior coisa que pode acontecer ao Presidente da Junta, quando nos perguntam o que é que estão a fazer na nossa Freguesia, é não saber responder porque não nos foi dado conhecimento.* -----

Quanto ao Posto da GNR agradeceu todo o trabalho que tem sido feito e solicitou que quando o projeto for levado por diante a Junta de Freguesia seja ouvida porque o estacionamento já não chega para o número de fogos que ali há. -----

--- O Senhor **Eng.º José António Ferreira Martins Sardinha (PSD)** fez a intervenção que a seguir se transcreve: **(doc.07)** -----

“Exmº Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal -----

Exmºs Senhores Membros da Mesa da Assembleia Municipal -----

Exmº Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã -----

Exmºs Senhores Vereadores -----

Exmªs (os) Senhoras e Senhores Deputados Municipais -----

Minhas Senhoras e meus Senhores -----

Segundo dados recentes do Instituto Nacional de Estatística, o concelho da Covilhã perdeu 4.409 habitantes em 8 anos, passando de 51.196 habitantes, em 2011, para os 46.787 em 2019, e é dos que perdeu mais população entre os principais centros urbanos da região (conforme Jornal do Fundão de 25 de Junho). -----

Não é de estranhar, todos vemos o definhar deste concelho, poucas ou nenhuma novas empresas aqui se radicam, escasseiam os novos empregos comparativamente a outros concelhos da região, e vemos até alguma movimentação no mercado imobiliário que pode denotar uma alienação rápida de bens, a acompanhar a perda de população. -----

Em termos de governação do concelho o pouco que se faz raramente é bem feito, e digo isto com espírito construtivo para que se passe a fazer mais e melhor. Vejamos a título de exemplo. -----

Depois do dinheiro já gasto na construção das ciclovias, ocupando parte das faixas de rodagem das estradas, parece que agora desapareceram ao serem cobertas aparentemente com betuminoso preto que repõe a antiga estrada. -----

A substituição da anterior iluminação da cidade por tecnologia LED, sob justificação que a redução de custos permite pagar o investimento em pouco tempo, tem-se revelado desastrosa, pois todos se queixam que “a cidade está às escuras”. -----

Objetivos antigos como a construção da nova barragem na Serra da Estrela, nem se fala. -----
Infraestruturas importantes para a economia relacionadas com o alargamento do Regadio da Cova da Beira para a margem direita do rio Zêzere, e o alargamento na zona beneficiada para cobertura de áreas adjacentes, parecem continuar permanentemente em estudo. Nada se consegue para o concelho. -----

O turismo é das atividades mais afectadas pela pandemia, mas segundo as agências de viagem existe alguma procura pelo interior do país. Boas notícias para a região da Serra da Estrela, contudo, durante 120 dias, entre Maio e Agosto, a Infraestruturas de Portugal (IP) vai encerrar para obras o túnel da Serra da Estrela, impedindo a circulação de viaturas. Será que a obra não podia ser adiada? Alguém tentou ajudar os comerciantes da Torre, os empreendimentos turísticos, e os empresários da restauração? -----

Em 31 de Maio abateu-se sobre os concelhos da Covilhã, Fundão e Belmonte um temporal de granizo, chuva e vento forte que devastou culturas e a produção agrícola. São prejuízos que se acumulam num mau ano agrícola, e que juntamente com os problemas de transporte e comercialização motivados pela pandemia, comprometem a viabilidade das explorações agrícolas. O PSD da Covilhã emitiu um comunicado indicando as medidas a implementar (a criação de uma linha de crédito sem juros, a abertura de uma linha específica no PDR2020 para reposição do potencial produtivo na exploração com 80 a 100% dos investimentos apoiados a fundo perdido, e o financiamento de tratamentos fitossanitários como medida de intervenção imediata), e apelando à Câmara Municipal para celebrar urgentemente protocolos com o governo que permitissem o rápido financiamento dos tratamentos fitossanitários. -----

Passado um mês, importa saber qual é o ponto de situação relativamente às 3 linhas de apoio propostas pelo PSD. -----

O Sr. Presidente da Câmara já indicou esta manhã que a Câmara Municipal está em vias de protocolar com o Governo relativamente ao apoio à realização dos tratamentos fitossanitários, e que estaria também para despacho final a implementação da linha de crédito. -----

São de facto boas notícias, mas resta saber se vai haver cobertura a 100% dos gastos com os tratamentos fitossanitários, e que condições estão previstas para a linha de crédito, pois se não houver juros bonificados por parte do governo que permitam reduzir a taxa de juro para valor nulo ou próximo disso, e se não houver período alargado de carência e empréstimos a longo prazo, a adesão dos agricultores pode ser reduzida. -----

Esperamos ainda que a Câmara Municipal e as entidades associativas ligadas ao sector, acompanhem a situação junto do governo e do PDR2020 e alertem para a necessidade de abertura urgente de concurso para a medida de reposição do potencial produtivo, nas condições que sugerimos, isto é de apoios não reembolsáveis entre 80 a 100% do investimento, caso contrário

fica comprometida a capacidade produtiva das explorações afetadas, com consequências para o sector agrícola do concelho e da região. -----

O Grupo do PSD na Assembleia Municipal da Covilhã” -----

--- A Senhora **Doutora Rosália Isabel Duarte Rodrigues (PS)** felicitou o Executivo pela utilização das Novas tecnologias de informação e comunicação, que permitiram que as pessoas participassem mais na vida política. -----

--- O Senhor **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)** após os cumprimentos referiu: “o PSD escreveu aos sócios da PARKURBIS e pediu que contribuíssem para o seu reequilíbrio financeiro. Pediu à UBI que contribuísse com 750 euros e à MEO que contribuísse com 1 500 euros, para já não falar dos Municípios aqui à volta a quem quer pedir 375 euros. -----

E, como os vimos agora com a intervenção do Senhor Deputado do PSD, esta é a grande luta atual do Partido Social Democrata na Covilhã. -----

Se não fosse trágico, era cómico. -----

Mas é muito trágico, porque os Parceiros do PARKURBIS não podem ser tratados assim, não podem ser tratados com essa leviandade, porque são parceiros estratégicos. -----

Aliás, o próprio PARKURBIS não pode ser tratado com leviandade e vocês tratam o PARKURBIS com leviandade. -----

O PARKURBIS é uma estrutura indispensável à Covilhã, os parceiros do PARKURBIS são indispensáveis ao PARKURBIS e são indispensáveis à Covilhã. -----

Esqueceu-se porventura o PSD que o PARKURBIS é, segundo uma importante Instituição Europeia – a UBI GLOBAL, a décima mais importante incubadora da Europa, das que estão ligadas às Universidades? -----

É assim que vocês querem tratar a UBI, a pedir-lhe que colabore com meia dúzia de tostões para o PARKURBIS? -----

Esqueceu-se, o PSD, que o PARKURBIS e a UBIMEDICAL são parceiros da Agência Espacial Europeia? Esqueceu-se que foram criados postos de trabalho para pessoas até aos 60 anos, com o apoio direto do PARKURBIS e do Município da Covilhã, postos de trabalho que o PSD desdenhou dizendo que eram postos de trabalho de baixa remuneração. -----

Digam lá isso ao Senhor José Santos, de 57 anos, desempregado, vindo de França e que à Agência Lusa disse: é uma oportunidade que vou agarrar com unhas e dentes. -----

Senhores Deputados do PSD apresentem propostas alternativas, façam críticas construtivas, assumam o papel da Oposição, mas não façam mal à Covilhã, nem aos Covilhanenses! -----

--- O Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “Eu queria só aproveitar a intervenção que me antecedeu para reforçar aquilo que aqui foi dito e dirigindo-me diretamente ao Partido Social Democrata e aos Deputados que aqui intervieram nessa qualidade de representantes do Partido Social Democrata. -----

Oh Senhores Deputados, os Senhores Deputados vivem cá na Covilhã? Os Senhores Deputados têm andado, têm contactado com as nossas Instituições? -----

Os Deputados do Partido, que em 2008 salvo erro, quando privatizaram as Águas, dizia que a Covilhã nesta altura ia ter 70 mil pessoas a consumir, vêm hoje aqui feitas virgens ofendidas a constatar uma coisa que nós todos há muitos anos constatamos, que é a falta de capacidade de retenção de pessoas no nosso território. -----

Os Senhores, na altura, perspectivaram 70 mil consumidores nas águas e têm o topete de hoje vir aqui falar de População? -----

Os Senhores que andam... enfim basta chegar à Cidade, a quantidade de guas, a quantidade de obras em recuperação que existem do setor privado. Do setor privado, porque há dinamismo público, há áreas de reabilitação urbana, há projetos âncora que vêm atrair gente para determinadas zonas do território. -----

Portanto, os Senhores têm a lata de vir a esta Assembleia a dizer que é a Covilhã... a apoucar a nossa Cidade, a apoucar o nosso Concelho, que a Covilhã é uma cidade má para viver, que não tem qualidade de vida, que está parada no tempo? -----

Os Senhores têm noção daquilo que estão a fazer? -----

Os Senhores têm noção do prejuízo que estão a causar, por exemplo à PARKURBIS, com essa irresponsabilidade? -----

O Partido Social Democrata que até agora era a alternância na vida democrática da nossa Cidade, governamos desde 74, pós 25 de abril, ora o PS ora o PSD. Agora está o Partido Socialista, eu admito que, na alternância democrática, pudesse vir a seguir o PSD, mas imaginem o que é os atuais responsáveis do PSD com esta atitude, por exemplo, junto dos parceiros da PARKURBIS que são parceiros absolutamente estratégicos e de referência, são âncora. Estamos a falar da Universidade da Beira Interior, da Fundação Luso Americana do Desenvolvimento, da ALTICE, estamos a falar de um conjunto de Entidades absolutamente centrais e que muitas cidades dariam muito para tê-los como parceiros. -----

Os Senhores em que termos, se viessem a governar a Câmara, iriam dirigir-se a estes parceiros? Como é que iam lidar com estas pessoas? -----

Oh Senhor Presidente, eu termino dizendo – Senhores Deputados do PSD e já agora do CDS, conservem por muitos anos os vossos estrategas, que os vossos estrategas atuais se conservem por muitos anos. -----

Muito obrigado.” -----

--- O Senhor **Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino (DNCCP)** apresentou uma proposta com o seguinte teor: **(Doc.08)** -----

“A proposta que apresento nesta sessão da digníssima Assembleia Municipal da Covilhã, tem como propósito, a solicitação de que a Câmara Municipal do laborioso Concelho, recomende à Comissão de Toponímia do mesmo, a atribuição do nome de **Joaquim Gonçalves Carvalho**, à ponte rodoviária sobre o Rio Zêzere, que liga a freguesia do Dominguiso do concelho da Covilhã à freguesia de Alcaria, no concelho do Fundão. -----

Sobre a personalidade de Joaquim Gonçalves Carvalho, diria sucintamente o seguinte: -----

- Conhecido no concelho como “Um rastilho de explosão criadora”, pessoa empreendedora e visionária, muito estimada pelos seus pares e clientes, a ele se deve com toda a justiça, o primeiro “rastilho” da futura ponte que viria a ligar fortemente, os concelhos do Fundão e da Covilhã, ao visionar a importância que dela, os povos ribeirinhos viriam a tirar partido. -----

Nos seus anseios afectuosos pela sua Alcaria natal, pelo progresso das gentes do Dominguiso e finalmente pelo vislumbre ao longe, de um potencial enorme de satisfação entre os povos de Vale do Zêzere, a ele se deve a primeira campanha iniciada no Jornal do Fundão e em múltiplas entidades regionais nos anos 1950, pelo projecto e respectiva construção da ponte sobre o Rio Zêzere. -----

Este formidável Homem, que se deixou apaixonar pela sua laboriosa Covilhã, onde exerceu as nobres funções de Presidente do Grémio do Comércio do Concelho da Covilhã, “criado por alvará de 19 de Setembro de 1940”, e onde constituiu família, exercendo honradamente o exercício de comerciante, de jornalista, e que em várias ocasiões declinou o convite para se candidatar à presidência da CMC se deve, em minha opinião, uma sentida homenagem. -----

Lembro, nesta ocasião, com a visita do Presidente do Conselho de Ministros à cidade da Covilhã e ao Grémio dos Comerciantes, Joaquim Gonçalves Carvalho abre as portas de novo, ao futuro da associação comercial, e é com enorme gáudio que anuncia a 25 de Outubro de 1956, por Alvará do Ministro das Corporações e Providência Social, que o Grémio passava a designar-se por Grémio do Comércio dos Concelhos da Covilhã, Belmonte e Penamacor. -----

Um passo importante que alargou a sua área de jurisdição aos concelhos limítrofes, caracterizando-a com objectivos regionais, com prestígio nacional. -----

“Ainda a propósito de Joaquim Gonçalves de Carvalho, outras facetas... -----
 “...e – não esqueçamos, - as fábricas a quem JGC chamou de “Os Monumentos Gloriosos da Covilhã,...” -----

“...Covilhã, cuja labuta diária «é a alegria, a vida da cidade inteira» ” -----

“...até aqui só fizemos referência à cidade, mas cumpre dizer que, nos subúrbios, de passeios agradáveis, só é difícil a escolha. -----

Diz-nos a propósito um distinto jornalista local, o Senhor Joaquim Gonçalves de Carvalho...” Fonte: O SÉCULO, Junho de 1940 -----

Covilhã, centro de trabalho, centro de turismo. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Covilhã, Doutor Victor Pereira, entrego-lhe em mãos esta proposta, estando certo que o Senhor lhe dará a devida atenção e com a certeza de que quando se atribuí um nome às obras de arte, é a cultura de uma região que enobrece. -----

Francisco de Almeida Lino -----

Deputado Municipal” -----

--- O Senhor **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)** após a apresentação de cumprimentos demonstrou a sua preocupação por os protocolos com as Juntas de Freguesia, na área da educação, ainda não estarem definidos em relação aos colaboradores a contratar. -----

Referindo: “que fique aqui ciente que a Junta de Freguesia de Peso e Vales do Rio não irá assinar os protocolos do modo como têm sido feitos até agora. Ou seja, nós estamos para ajudar se for para contratar pessoas com contrato de trabalho normal (nove ou dez meses, o que for necessário) e não como prestação de serviços.” -----

--- O Senhor **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** referiu: “Senhor Presidente, às vezes fala-nos em demagogia e depois vimos aqui falar é de palavras postas na boca dos outros. Porque quando vem aqui um Deputado dizer que houve uma pessoa da Bancada do PSD que disse que a Covilhã não era um bom sítio para se viver, está claramente a mentir, como fica demonstrado depois pelas gravações e pela ata, espero eu. Portanto, aqui o nosso repúdio completo ao Senhor Deputado do Partido Socialista que disse isso.” -----

Em segundo lugar – sim é natural que o PSD, sendo oposição e a perspetiva natural sempre de alternância no poder, faça as coisas de maneira diferente no período democrático. -----

Nós conseguimos interpretar uma coisa e concluir uma, terminando com isto: 1.º - a intervenção do Senhor Deputado Hélio Fazendeiro assume, tacitamente, que a culpa da dívida inteira do PARKURBIS é do Município, portanto assume a culpa do prejuízo anual recorrente; -----

2.º – Naturalmente, que se o PSD estivesse na Câmara Municipal, não precisávamos de estar a discutir isto, porque não pagaria nunca o balúrdio que se paga a quem administra o Parque de Ciências e Tecnologia, que na prática corresponde quase à dívida anual.” -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, antes de dar início ao Período da Ordem do Dia, informou que cada Grupo Parlamentar dispõe de três minutos para intervir, no **ponto 2.1**, e pediu contenção na utilização do tempo de intervenção. -----

2. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

--- Foi presente informação escrita do Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal que faz parte integrante da presente ata, ficando, para os efeitos legais, arquivada em pasta própria. -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** perguntou quem pretendia inscrever-se, tendo concedido a palavra aos seguintes Membros Municipais: -----

--- O Senhor **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** referiu-se ao apoio às Juntas de Freguesia e disse: -----

“Senhor Presidente o Deputado Hélio Fazendeiro já aqui fez referencia ao apoio de 2500 euros dado às Juntas de Freguesia e disse uma coisa, efetivamente é pouco. -----

Na altura em que foi feita a reunião, e agradecendo esse apoio Senhor Presidente, eu sugeri que todas as Juntas de Freguesia fizessem chegar a informação dos gastos que tiveram com a situação do COVID, nós fomos obrigados a fazer essa comunicação à DGAL. A Junta de Freguesia, entre as despesas que teve e receitas de que abdicou, teve um custo na ordem dos 11 mil euros. ----- Solicitar e agradecer-lhe, também ao mesmo tempo que lhe agradeço e acho que os Colegas Presidentes de Junta concordarão com esta Recomendação – o Senhor Presidente fez questão de adiantar o duodécimo do mês de dezembro. Fica a dica, que o possa transformar, não em adiantamento, mas sim em apoio às Juntas de Freguesia. ----- O Senhor Presidente já aqui falou que os Parques Infantis, com a nova lei, a manutenção era da responsabilidade das Juntas de Freguesia. É só para lhe dizer que, quando passaram para a Junta de Freguesia, estavam completamente danificados e a Junta de Freguesia já o fez. ----- Na sequência da intervenção do Colega Presidente de Junta Rui Amaro, relativamente às CAF'S, a Junta de Freguesia do Tortosendo, para este ano letivo, fez contratos de trabalho a termo certo com as colaboradoras, o que implicou um encargo superior a 7 mil euros. No dia 22 de janeiro solicitámos à Câmara um reforço do Protocolo, até hoje não recebemos qualquer resposta e, a continuar esta situação, nós queremos reforçar que não estamos em condições de continuar a assumir esta delegação de competências. O que fizemos foi dar às colaboradoras, os direitos que elas têm como trabalhadoras, os mesmos direitos que as colaboradoras que o Município assumiu, no início do ano letivo, também receberam. Agradecemos que seja feito o reforço. E, para o próximo ano letivo, estamos disponíveis desde que seja com esta situação de um contrato de trabalho a termo certo.” -----

--- O Senhor **Rui Manuel Cruz Ferreira Amaro (Peso e Vales do Rio)**: “Senhor Presidente da Câmara venho colocar aqui três ou quatro assuntos, um deles passa pelo alcatroamento da Avenida Furriel Miliciano José Casteleira no Peso, na Rua Ribeiro da Horta (onde tive o prazer de ter a companhia do Senhor Vereador e ter visitado essas duas ruas que estão completamente danificadas. Uma delas sendo a entrada principal da Freguesia do Peso). ----- Falar, também, da iluminação pública – há sete anos que andamos à espera, na rua junto à Panizêzere em Vales do Rio sejam colocados candeeiros. Já lá estão construídas três vivendas novas, o valor das taxas pagas por elas de certeza absoluta que já paga a iluminação das mesmas, pelo que solicitávamos com a maior urgência fosse feita a intervenção. ----- Em relação às ATL'S no mês de julho, os pais – como acabou o estado de calamidade – deixaram de ter a hipótese de poder ficar em casa e, agora, têm o problema de não ter onde colocar os seus filhos. Em agosto irão ter as suas férias como é tradicional na União de Freguesias de Peso e Vales do Rio, as pessoas trabalham maioritariamente nas Confecções Lança, pelo que solicitávamos uma resposta urgente sobre o ATL se irá funcionar ou não com o apoio da Câmara Municipal. ----- O depósito que foi feito no Alto da Salgueira, entre o Tortosendo e o Peso, precisa da ligação aos depósitos, que estão no Peso, para depois distribuir a água pela Coutada, Peso e Vales do Rio. É um depósito que foi feito com as condutas, com os 11 milhões de investimento que a Câmara fez. O depósito está lá e não está a ser aproveitado, falta apenas passar a tubaria para fazer a ligação aos depósitos existentes.” -----

--- A Senhora **Dra. Sandra Isabel Neves Ferreira (Sobral de São Miguel)** fez a intervenção que se transcreve: **(doc.09)**-----

Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmos Membros da Mesa da Assembleia Municipal da Covilhã. -----

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

Exmos Senhores Vereadores da Câmara Municipal. -----

Exmos Deputados Municipais. -----

Meus Senhores e Minhas Senhoras. -----

A freguesia de Sobral de S. Miguel é classificada pelas autoridades da Proteção Civil como uma das **freguesias prioritárias**, para efeito de apoio à **priorização da gestão de combustíveis na envolvente de áreas edificadas e uma daquelas que deverão merecer uma atenção particularmente significativa durante o próximo verão**, no que ao combate aos incêndios diz respeito. -----

Enquanto Presidente de Junta daquela população observo que mais um ano ocorre por esta altura na freguesia, uma diligente ação da GNR atuando de forma desmedida e sistemática todos os privados, e porventura públicos, que não cumprem a lei, no que toca à limpeza de florestas e gestão de combustíveis, sendo que alguns deles encontravam-se no limite do prazo estabelecido por lei, já a executar as referidas limpezas e ainda assim foram notificados para pagar coimas. ----

Observo também, infelizmente, que mais um ano a gestão do combustível no perímetro das Estradas Municipais 511 e 512 que atravessam a freguesia, mais precisamente no sentido de Casegas – Pedras Lavradas e Sobral – Pereiro, está cumprida de forma deficiente. -----

O PMDFCI – Plano Municipal da Defesa da Floresta contra Incêndios, tem inscrito a obrigação da entidade responsável pela rede viária providenciar a gestão do combustível numa faixa lateral de terreno confinante, numa largura não inferior a 10 metros. -----

Para além do fator de perigo que este incumprimento representa para a Proteção Civil da minha aldeia, esta atitude configura um mau exemplo que as instituições do Estado dão aos cidadãos, exigindo-lhes uma obrigação que ele próprio não cumpre. -----

Quero também solicitar ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Dr. Vitor Pereira, um pedido de esclarecimento quanto aos trabalhos que estão e estiveram a ser executados, na freguesia a que presido, no âmbito da candidatura ao programa VALORIZAR Aldeias do Xisto, na linha disponível para “Ações de corte, limpeza e gestão das faixas de proteção envolventes às Aldeias do Xisto não ardidas”. -----

Dou conta a Vossa Ex.^a de que alguns dos caminhos rurais, alvo da referida intervenção, encontram-se num estado de total abandono há já várias semanas, continuando os trabalhos por concluir. -----

Neste momento os referidos caminhos, em vez de servirem para proteger a aldeia, passam agora a ser o próprio perigo. -----

As imagens que anexo são elucidativas do “barril de pólvora que ali está instalado” conforme ouvi este fim de semana na minha Assembleia de Freguesia. -----

É em seu nome e em nome do povo de Sobral de São Miguel que na qualidade de Presidente de Junta e perante esta Assembleia peço ao Senhor Presidente da Câmara Municipal Dr. Vítor Pereira, que tão breve quanto possível, o Município proceda à conclusão dos trabalhos de proteção da freguesia de Sobral de S. Miguel para que juntos, continuemos a manter o nosso concelho e no meu interesse em particular elo Sobral de São Miguel a salvo da “pandemia” dos incêndios. -----
Sandra Ferreira” -----

--- O Senhor **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)**: “Senhor Presidente da Câmara é com agrado que vejo mencionada a obra para aumento do Cemitério de S. Jorge da Beira. É uma pretensão já de alguns mandatos e que fico feliz se esta Junta a levar a bom porto. -----
Mas, antes disto, gostava que o Senhor Presidente da Câmara nos informasse, porque não consta nos documentos, quantas sepulturas vai ter o novo talhão? O número de sepulturas, que vem no documento, a doar às famílias é o que foi acordado com os herdeiros de cada fração? -----
Por que motivo não existe na Freguesia de S. Jorge um Edital, ou um documento oficial, informativo sobre o processo? -----

Não acha, Senhor Presidente, que os habitantes deviam ter conhecimento sobre este processo? –
A ser verdade que serão atribuídas duas sepulturas por cada herdeiro envolvido no processo, temos já 34 sepulturas atribuídas, onde ainda não foi contactado um, três prescindiram e dois vão receber dinheiro. Ou seja, em 23 pessoas herdeiras daquelas três frações, que daria 46 sepulturas, 34 são para os herdeiros. Eu acho que isto é um negócio, perdoem-me a expressão, mas é um mau negócio. -----

A necessidade da Freguesia não pode permitir que 34 sepulturas sejam já direccionadas aos herdeiros, nem os herdeiros de certeza precisam destas sepulturas. Porque, segundo aquilo que existe, não pode haver negócio sobre as sepulturas. Portanto, os proprietários teriam que vender as sepulturas à Junta de Freguesia ao preço que está cada uma, 1 200€, cada um a vender eram 2 400€ por cada sepultura. -----

Portanto, vemos nos processos, há um que recebe 350€, salvo erro, outro 400€, um ainda não foi contactado, ainda não foram capaz de contactar, mas eu gostava que isto fosse revisto. Até porque, em conversa com um herdeiro de uma fração, um dos herdeiros diz que aquilo que foi falado – é uma sepultura por cada fração, portanto há três frações, são três frações. Não sei se isto é verdade ou não, gostava que o Senhor Presidente me esclarecesse sobre este assunto. Obrigado.” -----

--- O Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** colocou as questões que se transcrevem: -----

“Ampliação do Cemitério de São Jorge e relativamente a esta obra cumpre-me referir que o modo como foi adquirido o terreno é, no nosso entendimento, no mínimo discutível pois quem tem terreno para trocar vai ter direito a campa. E quem não tem? -----
Parece-nos que estão criadas condições para que até no morrer haja diferenças. -----

Porque não foi identificado todo o terreno necessário para o alargamento do cemitério e se procedeu à sua negociação ou, em último caso, à sua expropriação. Deste modo, todos os habitantes de S. Jorge teriam igualdade de oportunidade para adquirir a sua última morada.

Iluminação pública – ampliação de rede. Na alínea c) Freguesia de Unhais da Serra sugiro, por uma questão de rigor que se corrija a denominação do local de intervenção. Assim, onde se lê COURINHAS, que aparentemente deriva de couro deverá ler-se COURELINHAS (zona de pequenas courelas ou noutro enquadramento, unidade de medida agrária antiga com 100 braças de comprimento e 10 de largura). -----

Habitação social – para quando as obras de reabilitação de todas as casas? -----

Ciclovias – o que aconteceu? Houve estradas da Covilhã que inicialmente eram pretas, passaram a ter faixas vermelhas, agora parece que voltaram a ser pintadas. O que aconteceu? Desistiu definitivamente das ciclovias? -----

Barragem – em que situação se encontra este projeto? Já desistiu definitivamente da sua construção? Chegou à conclusão de que afinal não precisamos de armazenar mais água? -----
O seu a seu dono. Cumprimentar o Dr. João de Deus e dizer-lhe que afinal ele tinha razão quanto à realização da última Assembleia. O tempo veio demonstrar que não nos devíamos ter exposto do modo como fizemos. -----

Pedido de informação solicitada pelo Senhor Deputado Reis Silva – Na última Assembleia o Senhor Deputado disse que sempre teve uma pulga a morder-lhe a orelha, relativamente às pessoas que integraram a sociedade Termal de Unhais da Serra e pediu ao Senhor Presidente da Câmara “se podia la ver” quem integra a sociedade. A pergunta é se já viu e se nos pode informar. -----
Dado que ao tempo eu era Presidente de Junta de Unhais da Serra manifesto a minha total disponibilidade para responder a qualquer questão que entendam que eu posso esclarecer. -----
Muito obrigado.” -----

--- O Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** referiu a falta de informação quanto aos processos Judiciais, dizendo: -----

“Tenho que, de alguma maneira, me penitenciar, porque não fiz esta ressalva na outra Informação Escrita. E, comprometi-me a fazê-la em todas em que eu participasse e não constasse, da Informação, o que legalmente é obrigatório, nomeadamente no que diz respeito aos processos judiciais, da Câmara Municipal, que se insiste em não enviar à Assembleia Municipal. -----
Portanto, não temos conhecimento dos processos judiciais em que a Câmara é parte, quer como autora, quer como ré. -----

Curiosamente, nesta Informação Escrita vêm três transacções judiciais, relativamente a três processos em que a Câmara era ré ou pelo menos, pelo que se soube, foi metida em Tribunal para pagar duas dívidas que diziam respeito a quotas a uma Associação e uma terceira que tem a ver com a questão do Tribunal de Trabalho e da reivindicação do Tribunal de Trabalho. -----
Eu tinha ficado com a ideia que a Câmara tinha metido uma ação contra a Associação e não tinha sido ao contrário, pelo menos foi aquilo que na altura nos foi informado pelo Senhor Presidente, fiquei na dúvida o que é que tinha acontecido. -----

Não posso, no entanto, deixar de dizer que fiquei estupefacto com esta questão das quotas da RUDE. É, no mínimo, condenável que o antigo Presidente de Câmara tenha constituído uma Associação, que hoje controla integralmente, e tenha instituído uma quota, para a Câmara Municipal da Covilhã, de 84 mil euros por ano (foi os números que eu ouvi da boca do Senhor Presidente da Câmara atual). E vem-se a saber que é feita uma transacção, ou duas transacções judiciais, em dois processos. Em que, segundo o Senhor Presidente da Câmara, foi um excelente negócio porque houve um perdão de quotas de 14 mil euros, em cada ano, nos dois anos anteriores e, houve um perdão de quotas, no ano subsequente. Isto quer dizer que a Câmara vai pagar novamente 84 mil euros, de quotas, no ano a seguir. -----

Tenho que terminar desta maneira: *Tanto é ladrão o que vai à vinha como o que fica à porta.* ----

--- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** respondeu às questões que lhe foram colocadas e informou: -----

Esta não questão colocada agora mesmo pelo Senhor Deputado – está mais do que claro, toda a gente sabe que havia uma quota e que a quota era de 3 500 euros/ano. Houve uma desinteligência, do ponto de vista jurídico, relativamente à obrigação do pagamento dessa quota. Daí o facto de nós não nos termos entendido, Câmara Municipal e RUDE. -----

Havia, também, um diferendo relativamente à casa e respetivas benfeitorias. -----
Isto para dizer que a solução é boa, na medida em que, para além da redução do valor a pagar nos anos 2016 – 2017 e 2018 – 2019, há dois anos de carência de quotas e não um como aqui foi referido. Sendo que também há uma redução da quota de 3 500 euros, para 2 000, ou seja uma redução de 1 500 euros, estamos a falar da quota mensal. Para além do mais, a casa fica entregue, livre e desembaraçada, até ao próximo dia 31 de agosto, para que ali possa ser instalado o Tribunal de Trabalho e outros Serviços que sejam importantes para o Concelho da Covilhã. -----

Quanto às CAF'S o dos ATL – o assunto está a ser tratado com a Senhora Delegada Regional, poderá haver novidades até ao final da Semana. -----

Quanto às Contratações – temos uma solução em vista, vamos ver se a conseguimos implementar, também tendo em vista um contrato. Havendo pessoas desempregadas podemos recorrer ao Centro de Emprego. Também sou apologista de que é melhor um contrato de trabalho do que a precariedade de uma prestação de serviços. -----

Preocupações quanto ao próximo ano letivo – o exercício das competências que estão atribuídas à Ação Municipal, na área da Educação, carece de normas e orientações da Tutela. -----

As decisões Governamentais estão dependentes da pandemia que nos assolou. -----
O que sabemos, para já, é que o Governo irá promover um programa tecnológico para suprir as faltas de equipamentos dos alunos mais carenciados. -----

Transportes – as questões aqui suscitadas estão a ser resolvidas no âmbito da área da COVIBUS (considerando que não se perspectiva, no ano em curso, a conclusão do concurso lançado que, para além da sua complexidade, a pandemia veio atrasar o processo) e no período até à entrada em vigor do novo concessionário, nesse ínterim, serão assegurados os transportes escolares no âmbito das delegações que existem com a CIMBSE. -----

Parques Infantis – é um problema, há muitos que estão a ser desativados. É preferível, numa localidade, termos um bom parque infantil, do que termos quatro ou cinco degradados e é nesse sentido que vamos ajudar as Juntas. Sendo que, logo que eles sejam transferidos, obviamente que terão que ser as Juntas a providenciar pela sua manutenção, zelando pela vigilância, relativamente à sua utilização. Há muito vandalismo, mas sei que os Senhores Presidentes de Junta querem que os seus parques estejam sempre utilizáveis e não sejam vandalizados. -----

Ruas danificadas – estamos a fazer a nossa programação e vamos fazer intervenções. -----

Iluminação pública – vamos tratar com a EDP e o que for com a Câmara, também será tratado. --

Depósito – é uma questão de análise técnica, que terá que ser feita e em função disso trabalhar-se-á. -----

Sobral de S. Miguel – temos duas situações, faixa de gestão de combustível e de caminhos vicinais. Diz-me o Senhor Vereador Serra dos Reis, que falta terminar uma parte e retirar o material sobranete, que lá está, para que não sirva de combustível e evite o alastramento de qualquer incêndio às zonas residenciais. No que diz respeito à estrada que vai de Casegas para o Sobral até às Pedras Lavradas, existe uma candidatura, que está numa fase avançada, para tratar o mais rapidamente possível. -----

Sepulturas em São Jorge da Beira – é um caso problemático. Eu, próprio pude testemunhar uma alteração, entre o Senhor Deputado Municipal Fausto Baptista e o meu antecessor, relativamente à venda de campas, que andava a vender muitas campas e agora olhe... -----

No fundo, também tem um pouco a ver com isso. Vendeu tantas campas que agora o cemitério está sobrelotado. Lembra-se que eu assistiu a essa alteração?! Onde, de resto, acho que o meu antecessor tinha razão. -----

Os Senhores Presidentes de Junta devem ser cautelosos, todos nós sabemos que a vontade das famílias é adquirir a sepultura dos seus entes queridos. Temos que ser racionais e ser equilibrados neste domínio. Este processo não é pacífico, como sabe, já vem do seu tempo como Presidente de Junta, estamos a prosseguir com tudo isso e já deliberamos que a empreitada da obra de ampliação deve prosseguir, considerando o interesse público, que é o que está subjacente à obra, tendo em conta a necessidade de dotar a Freguesia de um cemitério com maior capacidade. Portanto temos que, de facto, prosseguir nesse caminho. -----

PARKURBIS – a mim contrista-me de facto porque o que eu vejo aqui, por parte da direita desta Assembleia, é o chamado *fado do coitadinho* e de que *a galinha da vizinha é melhor do que a minha*. -----

Nós podemos criar 100 postos... dou-vos 2 exemplos flagrantes: Havia uma Empresa, quando eu cheguei à Câmara tinha 20 funcionários. É uma Empresa onde as remunerações não são ordenados mínimos e é uma empresa duradoura, que está para ficar, para ampliar, para crescer e, enfim, até poderá vir a ter outros voos. E a verdade é que, neste momento, já lá estão 150 pessoas, nunca vi aqui ninguém a dizer: *congratulo-me com isso, estavam lá 20, já lá estão 150, aumentaram 130!* – Criámos um Centro de contacto com a ALTICE, na PARKURBIS, mesmo na PARKURBIS – *passaram por isso como cão por vinha vindimada. Não tem importância nenhuma termos criado 100 postos de trabalho e a possibilidade de ir mais além. Isso não tem importância absolutamente nenhuma.*

Mas digam isso às pessoas! -----
Continuem nessa senda, que eu agradeço, porque quem lá trabalha e não tinha ocupação e não tinha idade para arranjar emprego agradece muito esse vosso discurso – *do coitadinho, da desgraça e, enfim, da hecatombe*. -----
Fiquei expectante, até agora, a ver se um dos Senhores tinha a honestidade intelectual, já nem digo política, de dizer assim: *eu saúdo o facto de se ter criado um laboratório tecnológico com o apoio da CCDR, com a ALTICE e com a Universidade da Beira Interior, numa candidatura de 300 mil euros, com participação de Fundos Comunitários no valor de 85%*. Zero! Os Senhores ignoraram. Eu, se estivesse aí sentado, fazia a minha crítica se tivesse que a fazer, se achasse que era justo faze-la. -----
É de elementar justiça chegar aqui e dizer: *saúdo o facto de o nosso PARKURBIS ter obtido esta candidatura, que é importante para o PARKURBIS, para a Universidade, para a ALTICE e esta parceria, as sinergias que vai criar, o potencial que vai gerar*. -----
Não estamos a falar de uma coisa menor, foi escolhida para receber um importante projeto que visa alargar este sector a todo sector espacial – estamos a falar da Agência Espacial Europeia – a escolha recaiu sobre o PARKURBIS e UBIMedical, nem uma palavrinha, sei que os Senhores estão ao corrente, viram até na Imprensa Nacional, a Imprensa Nacional acha que isto é importante e faz eco, os Senhores acham que isto não tem importância nenhuma – desvalorizar, apoucar, rebaixar, dizer que não presta, é o melhor. Continuem! -----
Estamos a falar num projeto, no valor de 2,5 milhões de euros, onde o PARKURBIS é a única incubadora, conjuntamente com a UBIMedical, no Interior de Portugal a estar dentro deste projeto da Agência Espacial Europeia, que viu no PARKURBIS essa capacidade. Mas os Senhores – Isto tem lá importância? Não tem nada! Se fosse noutro Município qualquer vinham dizer: Oh! Estão a ver foi para ali esta coisa, que é a coisa mais importante do Mundo, e para a Covilhã não veio nada! Veio para a Covilhã, nem uma palavrinha. -----
Temos é que enaltecer aquilo que é nosso, independentemente de quem está no poder, seja deste Partido ou daquele, a nossa terra é a nossa terra. Sem embargo de considerarmos os nossos vizinhos, de com eles criarmos sinergias e de com eles trabalharmos em conjunto, porque nós temos que convergir e trabalhar em conjunto, sermos solidários e competir, naquilo que temos que competir, saudavelmente. -----
Esta semana, é outra boa notícia, foi assinada uma escritura muito importante que tem subjacente um investimento de muitos milhões de euros e de muitos postos de trabalho, que podem vir a ser criados a breve trecho, não estamos a falar de coisas à *la longue*. -----
Podia aqui falar-vos de coisas na área da saúde, que estão para surgir aí a qualquer momento, mas guardemos as coisas para a altura e, depois quero ver o que é que os Senhores dizem – vão dizer: *ah, isso não tem importância nenhuma. Isso tem lá agora importância, nós não valemos nada, os outros é que valem tudo*. -----
Oçam! Deixem esse discurso, ou então continuem nele e depois hão-de ir longe com esse relambório. -----
O PARKURBIS que tem uma dívida de 200 e tal mil euros, para pagar património, e tem que se pagar é com o dinheiro que lá é gerado, que no fim também tem que se pagar parte desse capital.

Claro que... e inclusive o meu antecessor, numa das últimas reuniões de Câmara, disse olhos nos olhos ao Vereador do CDS que não conhece nenhum Parque de Ciência e Tecnologia que dê lucro, também ele disse isso e é insuspeito. Acho que é perfeitamente insuspeito ele ter dito isso e disse-o. Eu também não conheço nenhum, ele disse o TAGUSPARK e eu também o acompanho nisso, nem o TAGUSPARK. O TAGUSPARK não dá lucro, mas o PARKURBIS tinha que dar lucro. -----
Uma coisa importante, como aquela que veio ontem, que vai ocupar 500m², que vai criar muitos postos de trabalho, que vai gerar riqueza, que vai potenciar o crescimento e o nascimento de empresas, *não tem importância nenhuma, isso é uma coisa menor* – se fosse noutra sítio, quem é que os havia de ouvir. -----

Há uma empresa que foi deslocalizada da Covilhã no início do Mandato, à qual fui totalmente alheio mas apanhado neste turbilhão, já regressou à Covilhã. Ouviram alguém dizer que ela regressou à Covilhã? Os mesmos que andaram a falar nisso? Ninguém, ninguém! Isso revela má-fé, uma política negativista e bota abaixista! -----

De seguida, o Senhor Presidente anunciou a entrada em vigor, já amanhã, da **Unidade de Saúde Familiar da Estrela**, a funcionar provisoriamente no Centro de Saúde da Covilhã, com seis equipas que vão garantir assistência a 8 mil e 847 utentes e vai funcionar de 2.ª a 6.ª feira das 8:00 às 20:00 horas. Assumindo, também, o compromisso da oferta assistencial, em contexto domiciliário, aos utentes inscritos na Unidade de Saúde Familiar residentes na área geográfica da União de Freguesias de Covilhã e Canhoso. -----

--- O Senhor **Fausto Herculano Branco Baptista (DNCCP)** “Eu congratulei-me pela obra, mas com sinceridade, fiz-lhe cinco questões não me respondeu a uma. Uma delas era saber quantas sepulturas vai ter o novo talhão e depois se é verdade que são duas sepulturas por cada herdeiro dos talhões. Só que fosse a isto ficávamos esclarecidos. -----

E, depois, outra coisa para esclarecimento – enquanto Presidente de Junta, em oito anos, vendi salvo erro duas sepulturas, nenhuma no cemitério de S. Jorge, porque está proibido, o meu antecessor até corredores vendeu; vendi 10 gavetões de superfície, dos 30 que construí, enquanto lá estive, salguei 20 para o interesse da Freguesia. Acha que foi mau? -----

A minha luta era aumentar o cemitério em covas, nunca fui capaz, daí a minha discussão com o seu antecessor e refugiou-se naquilo que o Senhor acabou de dizer. -----

Senhor Presidente permita-me uma coisa: não devia ter seguido aquilo que o seu antecessor fez, que foi ter ido pelo caminho errado, porque quando disse que eu tinha vendido – é mentira, que eu nunca vendi nenhuma, no Cemitério de S. Jorge. Onde vendi foi no cemitério de Vale de Cerdeira, porque é permitido ainda hoje vender, porque não tem procura.” -----

--- O Senhor **José da Trindade Branco (S. Jorge da Beira)** após a apresentação de cumprimentos referiu: “Efetivamente, para o alargamento do cemitério de S. Jorge, houve necessidade de fazer a negociação de seis parcelas; houve reuniões com todos os elementos, de cada uma dessas parcelas e chegou-se à conclusão que a troca, na cedência das parcelas, era através de sepulturas. Ficou definido que iam ser duas sepulturas por cada parcela, não é por cada herdeiro! -----

Portanto não são 34, no máximo dos máximos serão 10, e porquê? Porque os herdeiros de uma parcela, que até era menor, não queriam sepulturas, mas queriam a parte correspondente ao valor em que o terreno fosse avaliado. E, nesse pormenor, a Câmara negociou com eles e deu-lhes dinheiro. Neste momento sei o valor que dão a um, mas não sei o valor que dão aos outros. ----- Agora, do número 34, que aqui foi colocado, resumir-se-á a 10. ----- Eu sei que há gente que gosta, tem necessidade, de dar satisfação ao ego. E, também de, às vezes incendiar ou destilar ódio para cima de processos limpos e transparentes. ----- Agora, o que eu quero dizer ao Senhor Deputado, em especial, é que bastava falar comigo, ou com qualquer elemento do Executivo, e ser-lhe-ia informado todo o processo. E, escusava de vir aqui dar a atoarda que deu.”-----

2.2 – DESAFETAÇÃO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO MUNICIPAL NO ÂMBITO DO PIP A IMPLEMENTAR NO TERRENO ADJACENTE AO WELCOME CENTER

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de junho de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2851 de 2020.06.15 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** referiu que porque se trata de um projeto relevante para a dinamização da economia local, que traz postos de trabalhos diretos, novas valências na área da saúde para a Covilhã e para a Região, inclui duas fases para a sua operacionalização. Vão votar favoravelmente, “sugerindo que sejam balizadas, no tempo, a construção de cada fase, bem como uma data explícita para a conclusão das obras.” -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)** referiu que terá que votar contra, não pela intenção de investimento, que considera válida e interessante, mas pela justificação a que se propõe. -----

A desafetação é proposta pelo abandono, por parte da Câmara, daquele espaço. “Eh pá, olha entrega-se e nós não queremos ter nada a ver com isto. Isto é perfeitamente condenável, numa Entidade pública e numa Câmara Municipal.” -----

- **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** referiu que, se for bem-feita, esta desafetação, é positiva e é importante atrair investimento. Colocou três questões: porque não houve concurso público; qual o valor da concessão e porquê desafetar o terreno todo e não só o edifício? -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que é de valorizar o empreendimento, mas não lhe agrada qualquer edificação naquele local e questionou se não haverá outro espaço para a sua construção. -----

- **O Senhor Presidente da Câmara Municipal** informou que o protocolo de concessão não é definitivo, mas sim por vinte anos. -----

A desafetação é do terreno, circundante ao *Welcome Center*, necessário para levar a efeito o empreendimento. -----

Daqui por vinte anos, tudo o que lá for construído, reverte a favor do Município. -----

Isto não é mal baratar património público. -----

“O que queremos é dinamizar a atividade económica, a atividade turística, neste caso concreto de saúde, turismo de lazer, turismo de saúde.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Desafetação do domínio público municipal para o domínio privado municipal no âmbito do PIP a implementar no terreno adjacente ao Welcome Center*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 26 votos a favor (PS, DNCCP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio) e 7 abstenções (CDS-PP, PSD e PCP).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS) e os Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Dominguiso, Paul, Peraboa, Unhais da Serra, Casegas e Ourondo, Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor **Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro (PS)**: “Nós votámos favoravelmente este ponto, porque finalmente, ao fim de muitos anos, voltaremos a ter condições para dinamizar um espaço que, de raiz, foi mal construído. -----

Como o próprio nome indica, aquilo chama-se *Welcome Center* – é uma denominação inglesa que diz bem-vindos – um centro de boas vindas e está à saída. -----

Aquilo que foi construído de raiz erradamente, como diz o Povo: o que nasce torto, tarde ou nunca se endireita. -----

De facto, finalmente parece que teremos aqui a oportunidade, com um empresário com provas dadas, de procurar dinamizar aquele espaço e de dinamizar aquilo que é conforme com uma atividade digna. E, daquilo que eu conheço do projeto, será uma coisa bastante interessante. -----

Mas sobretudo que, na porta de entrada da Cidade, não tenhamos um mono cuja função, para a qual foi construído, não serve. -----

E, finalmente quero felicitar, em nome da Bancada do Partido Socialista, o Executivo Municipal por estar a tentar, de alguma forma, dinamizar aquele espaço e refuncionalizá-lo para que as pessoas o possam utilizar e a entrada da nossa Cidade fique mais digna e mais bonita.” -----

- Senhor **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)**: “Apenas para dizer que a Bancada do PSD se absteve. Porque, não obstante concordemos que se invista naquele espaço, saudamos a captação de investimento. -----

Mas nenhuma das três questões que fiz foi aqui respondida. Continuamos a não saber qual é o projeto – o Senhor Deputado Hélio diz: pelo que conheço do projeto, será muito bom – não o conheço, não posso avaliar a dimensão e as qualidades, ou a falta delas, que o projeto terá. Não sabemos porque é que não foi aberto concurso, como a Lei obriga; não sabemos qual é o valor da concessão e não fiquei esclarecido, embora essa tenha sido a única questão que foi parcialmente respondida, sobre os terrenos.” -----

2.3 – REVOGAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DOS PENEDOS ALTOS

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de junho de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e com o n.º 1 do artigo 90.º do RJIGT, através do ofício n.º 2848 de 2020.06.15 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** referiu que como a revogação pretende por fim a um instrumento de gestão desactualizado, que está a obstaculizar a requalificação urbanística e a possibilidade de legalização, e porque apoiam a legalidade, o progresso e o bem-estar social, vão votar favoravelmente esta proposta. -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que as lacunas que os levaram a votar contra, na altura da aprovação e também na revisão em 2010, passados 10 anos se mantêm. -----
Concordam com a Revogação, mas defendem que devia existir um Plano de Pormenor para os Penedos Altos, que não estivesse sujeito às regras do PDM, e que desse resposta às questões que estão colocadas na fundamentação da revogação. -----

Consideram que depois de haver um Plano de Pormenor que era restrito, limitado, passa a haver um vazio. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Revogação do Plano de Pormenor dos Penedos Altos** foi a mesma **aprovada por maioria, com 26 votos a favor (PS, DNCCP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio) e 7 abstenções (CDS-PP, PSD e PCP)**. -----
Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS) e os Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Dominguiso, Paul, Peraboa, Unhais da Serra, Casegas e Ourondo, Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “O CDS absteve-se nesta matéria, porque se tem assistido, nos últimos tempos, a política de urbanismo na Covilhã é eliminar tudo o que são Planos de Pormenor para cair tudo no Plano de Urbanização da Grande Covilhã. E, obviamente percebendo que os Planos de Pormenor podem estar desajustados e que carecem de ser revistos e entendidos, hoje, supostamente devia ser à luz de uma estratégia que este Executivo tivesse para o urbanismo na Covilhã. Aquilo que se está a assistir é a nivelção por baixo e onde é tudo permitido. -----

Os Planos de Pormenor são instrumentos de urbanismo, muito concretos e muito específicos, onde têm medidas de salvaguarda, onde têm determinadas restrições que, caindo na Grande Covilhã, deixam de ter. E, portanto, num caso concreto, como é o Bairro dos Penedos Altos, com as características próprias do Bairro dos Penedos Altos, com as características históricas do Bairro dos Penedos Altos, faria todo o sentido manter um Plano de pormenor para o Bairro dos Penedos Altos, coisa que deixa de existir a partir deste momento.” -----

- Senhora **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)**: “O Partido Socialista vota favoravelmente esta Revogação, deste Plano de Pormenor, atendendo a que os pressupostos aquando da criação deste Plano de Pormenor estarem ultrapassados. Trata-se de uma área urbana que está consolidada e o Plano Urbanístico da Grande Covilhã vem, de certa forma, salvaguardar aquilo que estaria também incluído no Plano de Pormenor dos Penedos Altos. -----
Estar, neste momento, este Plano de Pormenor desadequado, traz algumas limitações em termos da reabilitação urbana que se pretende e, nomeadamente legalização, tal como alguns Colegas já referiram. E, portanto votámos favoravelmente.” -----

2.4 – 3.ª ALTERAÇÃO DO PDM DA COVILHÃ – ALTERAÇÃO POR ADAPTAÇÃO – TRANSPOSIÇÃO DOS PEOT'S PARA O PDM

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 05 de junho de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, e com o n.º 4 do artigo 121.º do RJIGT, através do ofício n.º 2850 de 2020.06.15 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** referiu que, de acordo com a informação que suporta este ponto, a transposição decorre da Lei e deverá ocorrer até 13 de julho de 2020. Neste contexto irão votar favoravelmente. -----

Referiu, ainda: “Aproveitamos para lembrar esta Assembleia, pela terceira vez, da necessidade de um procedimento administrativo que legalize as casas das Penhas da Saúde e do Covão da Mulher na Freguesia de Unhais da Serra.” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **3.ª Alteração do PDM da Covilhã – Alteração por Adaptação – Transposição dos PEOT's para o PDM** foi a mesma **aprovada por maioria, com 26 votos a favor (PS, DNCCP, PCP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio) e 5 abstenções (CDS-PP e PSD).** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS), Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino (DNCCP) e os Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Dominguiso, Paul, Peraboa, Unhais da Serra, Casegas e Ourondo, Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

2.5 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS JUNTAS DE FREGUESIA DE CANTAR-GALO E VILA DO CARVALHO, CORTES DO MEIO, DOMINGUIZO, ORJAIS, PERABOA, S. JORGE DA BEIRA, TEIXOSO E SARZEDO, TORTOSENDO E UNHAIS DA SERRA, PARA PAGAMENTO DA TAXA CONTRIBUTIVA DE 10% À SEGURANÇA SOCIAL

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de maio de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2748 de 2020.06.04 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** disse que, desde que haja suporte legal, votarão favoravelmente todas as delegações de competências nas Juntas de Freguesia. -----

- **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** comunicou que deverá ser considerada, também, como declaração de voto a intervenção que se transcreve: “A Bancada do PSD (isto fica já como Declaração de Voto) vota favoravelmente às três delegações de competências, porque achamos que é positivo para as Freguesias. No entanto, deixamos o alerta para a garantia efetiva do cumprimento destas delegações e da respetiva verba, que chegue mesmo às Juntas de Freguesia.”

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que isto indicia os recibos verdes, a prestação de serviços, e como são contra esse processo irão votar contra, mantendo assim o voto em relação a esta situação. -----

Salientou a posição de algumas Juntas de Freguesia que alteraram o procedimento de recibos verdes para contrato. -----

- **Dr. David José Carriço Raposo da Silva (Tortosendo)** salientou a necessidade do reforço do valor para o ano letivo 2019/2020, porque fizeram contratação a termo certo. -----

De seguida referiu: “E porque falamos de educação, também é de elementar justiça dar uma palavra de apreço e de agradecimento à Senhora Vereadora pelo facto de as aulas estão suspensas, mas a Câmara Municipal cumpriu até ao final do ano letivo os contratos de delegação de competências e, também, toda a sua preocupação para que na abertura dos Jardins de Infância tudo corresse bem. O meu muito obrigado” -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências nas Juntas de Freguesia de Cantar-Galo e Vila do Carvalho, Cortes do Meio, Dominguiso, Orjais, Peraboa, S. Jorge da Beira, Teixoso e Sarzedo, Tortosendo e Unhais da Serra, para pagamento da taxa contributiva de 10% à Segurança Social*** foi a mesma ***aprovada por maioria, com 28 votos a favor (PS, DNCCP, CDS-PP, PSD e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio) e 2 votos contra (PCP).*** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS), Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino (DNCCP) e os Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Dominguiso, Paul, Peraboa, Unhais da Serra, Casegas e Ourondo, Vale Formoso e Aldeia do Souto. -----

**2.6 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA
COVILHÃ E CANHOSO – ASSISTENTE OPERACIONAL A TEMPO INTEIRO
– ANO LETIVO 2019/2020**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de maio de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2750 de 2020.06.04 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** referiu que, todas as propostas que visem a transferência de competências para as Juntas de Freguesia, desde que haja suporte legal, as votarão favoravelmente. -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que irão votar a favor, porque a situação tem que ser resolvida. Tendo chamado a atenção para que, não voltem a surgir estas situações, seja feita a planificação atempada. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia Covilhã e Canhoso – Assistente Operacional a Tempo Inteiro – Ano Letivo 2019/2020*** foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

**2.7 – CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA JUNTA DE FREGUESIA COVILHÃ E
CANHOSO – ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO E APOIO À FAMÍLIA NO PRÉ-ESCOLAR –
ANO LETIVO 2019/2020 – REFORÇO**

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 29 de maio de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea K), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2751 de 2020.06.04 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** referiu que, todas as propostas que visem a transferência de competências para as Juntas de Freguesia, desde que haja suporte legal, as votarão favoravelmente. -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que irão votar a favor, porque a situação tem que ser resolvida. Tendo chamado a atenção para que, não voltem a surgir estas situações, seja feita a planificação atempada. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – ***Contrato de Delegação de Competências na Junta de Freguesia Covilhã e Canhoso – Atividades de Animação e Apoio à Família no Pré-escolar – Ano letivo 2019/2020*** – reforço foi a mesma ***aprovada por unanimidade***. -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Apenas para declarar que o CDS vota favoravelmente, na convicção de que estas delegações de competências e os valores a elas referentes, satisfazem e são suficientes para o cumprimento das obrigações que a Juntas ficam de assumir perante terceiros.” -----

2.8 – ATUALIZAÇÃO DA TAXA DE OCUPAÇÃO DO SUBSOLO

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de junho de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea b), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2964 de 2020.06.19 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** solicitou que fosse considerada, também, como declaração de voto a intervenção que se transcreve: “A Bancada do PSD, naturalmente vota a favor da atualização da Taxa de Ocupação do Subsolo da Covilhã e não poderia ser de outra forma, porque em várias Assembleias Municipais, anteriores, em várias intervenções públicas, posições, propostas, em vários debates nas Rádio Locais, fomos reiteradamente falando nesta questão. ----

É injusto para a Covilhã e todos sabemos aquilo que estava a acontecer, mas é bom para todos esta atualização. -----

Ainda assim, deixamos uma nota muito importante que é: sendo esta proposta boa, precisa de não ficar por aqui, no futuro temos que ser mais ambiciosos. -----

Continuamos a ter uma discriminação, na relação contribuintes/empresas, que nós esperamos que no futuro possa ser melhorada.” -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** dizendo: “É uma proposta feita pela mão do Senhor Presidente sustentando-a na necessidade de dinamizar o desenvolvimento social e económico do Concelho, bem como promover o crescimento empresarial e comercial com a atração de novos investimentos, em particular nesta época de pandemia. Pretende revitalizar e dinamizar a atividade económica desenvolvida pelas empresas sediadas no Concelho, em benefício dos munícipes e população do Concelho. -----

Votaremos favoravelmente, mas com a nota de que a preocupação com o desenvolvimento social e económico do Concelho deve, em nossa opinião, ser para si uma preocupação constante e não de modo particular nesta época de pandemia.” -----

- **Doutor Pedro Alexandre Rodrigues Manquinho (PCP)** referiu: “a questão relativamente à Taxa de Ocupação do Subsolo, na opinião do Grupo da CDU, já há muito tempo que é levantada e por vários motivos: Para além da informação de que a Câmara não cobrava, afinal cobra; que a empresa tinha que ser ressarcida, a empresa cobrava incluindo até a novos contratos. -----

A nossa proposta é completamente oposta a isto, e isso já está vertido em Lei de Orçamento de Estado. A nossa proposta é que sejam as empresas a pagar e que a Câmara abdique da sua parcela, neste caso de cobrar taxa. Irá continuar a ser cobrada taxa, porque existe uma sentença de Tribunal. -----

Gostaríamos de ser esclarecidos do estado em que está o pagamento, da cobrança dessa taxa, porque alguém deve estar a controlar ou então a empresa há-de cobrar *ad eternum*. -----

O Grupo Municipal da CDU irá votar contra, pelos motivos de que para nós esta taxa não devia ser cobrada aos Munícipes. “ -----

- **Dr. José Paulo Pina Simão (PS)**: “De entrada, dizer que o PS vai votar favoravelmente esta decisão da Câmara, como é evidente é um benefício para a Covilhã e para os Covilhanenses. -----

Não se percebe muito bem a posição do Partido Comunista porque *mal de carro, pior de arado* – se estava muito alta, voto contra, se está a baixar, voto contra também. -----

Não se percebe muito bem, eu até diria mais, não se percebe nada a posição do Vereador do CDS, na Câmara Municipal, quando diz que quem tinha que pagar, quem devia pagar era a empresa e não os Covilhanenses, até aí nós concordamos. Só que curiosamente e basta uma pesquisa rápida na internet, que nós vemos que o Senhor Vereador até é administrador da GALP e sendo administrador da GALP e como a BEIRAGÁS até é uma empresa da GALP, poderia o Senhor Vereador prestar um bom serviço à Covilhã e fazer uso da sua magistratura de influência e junto

dos seus pares conseguir este benefício para a Covilhã, no sentido da empresa BEIRAGÁS abdicar dos valores que ainda estão em dívida.” -----

- O Senhor **Presidente da Câmara Municipal** informou: “Há aqui alguns esclarecimentos que convém ser prestados, porque vejo alguém que não detém informação suficiente. O Partido Comunista, como habitualmente não tem toda a informação nestas matérias, embora umas vezes utilize uma maneira, outra vez utilize outra, mas isso é um critério político. -----

Senhor Deputado Pedro Manquinho, quem controla a cobrança não é a Câmara Municipal, é a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos. Mais, é a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos que tem lá uma fórmula de cálculo quase ininteligível, mas que atinge um propósito que nos prejudica a nós Cidadãos e Empresas do Interior, que é cega. Cega no sentido de estarmos a ser tratados de forma desigual aqui no Interior, que é: poucos pagam muito. -----

Em outros sítios, onde há muita População, muitos pagam pouco ou pagam menos. -----
Dá-se até esta coisa curiosa, noutras zonas do País mais densamente povoadas, estou a reportar-me ao Litoral, as empresas e os consumidores em geral pagam valores substancialmente diferentes dos nossos, ou seja pagam menos, por causa da diluição por todos os consumidores. É uma taxa cega e injusta. -----

Quero deixar bem claro que, com esta redução de 40%, nós abdicamos de 200 mil euros. Mas sabemos que este dinheiro vai ser injetado aqui na nossa economia, ou pelo menos temos essa esperança – são empresas aqui sediadas. -----

É uma poupança e um custo de produção que ainda assim, aí tem razão o Deputado Pedro Manquinho, mesmo com a redução continuamos a pagar o valor referente à sentença, que a ERSE aceitou prolongar durante mais uns anos até 2023, o pagamento daquela quantia, eu relembro 3,2 milhões de euros, que a Câmara da Covilhã recebeu em 2012. -----

--- Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Atualização da Taxa de Ocupação do Subsolo** foi a mesma **aprovada por maioria com 26 votos a favor (PS, DNCCP, PSD e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio), 2 votos contra (PCP) e 3 abstenções (CDS-PP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS), Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino (DNCCP) e os Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Cortes do Meio, Dominguiso, Paul, Peraboa, Unhais da Serra, Casegas e Ourondo, Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “A declaração de voto do CDS é no sentido de que mais vale pouco do que nada. -----

Obviamente que qualquer redução será sempre vantajosa para os Municípios que pagam esta taxa. A discussão é outra, efetivamente, se a taxa devia ser paga pelos consumidores ou não e, aqui eu tenho que dizer duas coisas relativamente aquilo que é evidente e é, enfim, a evidencia das coisas.

Isto ficou de ser resolvido no Orçamento de Estado de 2020, pelo Governo, pelo Partido Comunista, pelo Bloco de Esquerda e por toda a gente que votou a favor e não foi resolvido. Portanto, é algo que é preciso ter na consciência quando se vem aqui votar contra e depois se vota um Orçamento que permite a cobrança destas taxas. -----

Não posso deixar de dizer, efetivamente Dr. Pina Simão deve andar enganado, porque aquilo que nós estamos aqui a fazer é votar o montante da taxa Municipal de Ocupação do Subsolo. Portanto, quem tem competência para eliminar a taxa é a Câmara Municipal, não é nenhuma empresa, nem a GALP, nem o Vereador que por acaso é Administrador não Executivo da GALP, mas efetivamente fica-lhe bem essa política enfim essa *acusação* que teve que fazer. -----

- Senhor **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)**: “A declaração de voto é suscitada um pouco pelos reparos ou pelo preâmbulo do Dr. Pina Simão que não entende a posição do PCP. -----

Nós votámos contra o Regulamento de Taxas, um dos argumentos foi a existência desta taxa. Nós estamos a favor da redução de qualquer taxa, mas esta taxa é uma taxa imoral, porque obriga os Covilhanenses a pagar duas vezes na fatura, duas vezes: Aquela em que a empresa está a ser ressarcida pelo dinheiro que entregou à Câmara e estão a pagar, ainda, a taxa que esta Câmara poderia muito bem ter suspenso até se concluir o pagamento da empresa. -----

Talvez, entretanto o Governo decida regulamentar a decisão da Lei do Orçamento de Estado e não estávamos a penalizar os Covilhanenses. Os Covilhanenses estão a pagar hoje a taxa, a TOS mais cara do País e não é por causa dos 3% da Câmara, é os 3% mais aquilo que a empresa está a cobrar. Aqui não é uma questão da fórmula, aqui é uma questão da decisão política da Câmara, gerida pelo Partido Socialista, em querer manter a penalização dos Covilhanenses, que estão a pagar duas vezes pelo mesmo serviço e outros que nem sequer tiveram nada a ver com o assunto, estão a pagar duas vezes. -----

Portanto, isto é que é imoral e isto é aquilo a que chamamos ir ao bolso dos contribuintes, ir ao bolso das pessoas, ir ao orçamento familiar. -----

O Senhor Presidente diz e muito bem que a Câmara sem receitas não faz. É verdade. -----

Mas as pessoas sem dinheiro não comem, não pagam a luz, não tratam da educação dos filhos. – Essa é que é a realidade. -----

E, verificámos, na prestação de contas, o aumento dos impostos directos e indirectos. -----

Não vale tudo, para se ter dinheiro não vale tudo! -----

Caso contrário eu vou ao banco roubar. Se é legítimo tirar, eu vou ao banco roubar. -----

Portanto, há que respeitar e há que levar em conta o contexto social em que vivemos e o nível socioeconómico das famílias.” -----

2.9 – PLANO PORMENOR DA PALMEIRA (REVOGAÇÃO)

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 19 de junho de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea r), do n.º 1, do artigo 25.º, conjugado com a alínea ccc), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013 e nos termos do n.º 3 do artigo 127.º, conjugado com o n.º 1, do artigo 90.º, ambas do RJGT, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2966 de 2020.06.19 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foi interveniente o Senhor **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** referiu: “Atendendo aos superiores interesses da Covilhã, particularmente naquilo que à necessidade de investimento diz respeito, votamos favoravelmente a Revogação do Plano de Pormenor das Palmeiras.”-----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que as lacunas que os levaram a votar contra, na altura da aprovação e também na revisão, passados anos, se mantêm. -----

Concordam com a Revogação, mas defendem que devia existir um Plano de Pormenor para a Palmeira, que não estivesse sujeito às regras do PDM, e que desse resposta às questões que estão colocadas na fundamentação da revogação. -----

Consideram que depois de haver um Plano de Pormenor que era restrito, limitado, passa a haver um vazio. -----

Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Plano Pormenor da Palmeira (Revogação)** foi a mesma **aprovada por maioria com 24 votos a favor (PS, DNCCP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio) e 7 abstenções (CDS-PP, PSD e PCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS), Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino (DNCCP) e os Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Cortes do Meio, Dominguiso, Paul, Peraboa, Unhais da Serra, Casegas e Ourondo, Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “O CDS absteve-se nesta matéria, porque se tem assistido, nos últimos tempos, a política de urbanismo na Covilhã é eliminar tudo o que são Planos de Pormenor para cair tudo no Plano de Urbanização da Grande Covilhã. -----

E, obviamente percebendo que os Planos de Pormenor podem estar desajustados e que carecem de ser revistos e entendidos, hoje, supostamente devia ser à luz de uma estratégia que este Executivo tivesse para o urbanismo na Covilhã. Aquilo que se está a assistir é a nivelação por baixo e onde é tudo permitido. -----

Os Planos de Pormenor são instrumentos de urbanismo, muito concretos e muito específicos, onde têm medidas de salvaguarda, onde têm determinadas restrições que, caindo na Grande Covilhã, deixam de ter.” -----

2.10 – RELATÓRIO DE GESTÃO DAS CONTAS CONSOLIDADAS 2019

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de junho de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto no n.º 2, do artigo 76.º, da Lei 73/2013, de 03 de setembro, conjugado com a alínea I), do n.º 2, do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2985 de 2020.06.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Ausentaram-se da Sala, nos termos do n.º 4 do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo, os Senhores Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. José Paulo Pina Simão e Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro que, nos termos do artigo 69.º do mesmo código, não participaram na apreciação e votação do assunto. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Doutor António João dos Reis Rodrigues (DNCCP)** referiu: “Votaremos contra, sustentados na informação que demos quando foi da apresentação do exercício, pois recusamo-nos a validar um documento que não apresenta a informação que serve de suporte à decisão.”-----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “Não podemos votar favoravelmente as Contas Consolidadas quando não temos os relatórios de contas das empresas participadas. Portanto, começa a impossibilidade de votar favoravelmente algo que eu não tenho conhecimento, não existe e não foi enviado.” -----

- **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** referiu que, nos termos da Lei, as empresas locais devem facultar de forma completa e atempada um conjunto de informação financeira. -----

“Até hoje, assistimos a uma constante violação do princípio da transparência e de todas as obrigações legais, relativamente a esta matéria. Naturalmente, por estas razões, nós votamos contra.” -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP)** referiu que vão votar contra, porque a Lei deve ser cumprida. Querem conhecer como é feita a gestão financeira e como é feita a gestão de pessoal, porque as coisas têm que ser transparentes. As contas das empresas participadas têm que vir à Assembleia Municipal. Querem ter mais informação do que a que lhes é fornecida. -----

- **Dr. Vítor Manuel Ferrinho Pinho (PS)** referiu que tendo em conta a auditoria por entidades certificadas e a idoneidade indiscutível, vão votar favoravelmente, conforme documento que vai ser anexado à presente ata e se transcreve: **(doc.10)** -----

“A consolidação de contas surgiu historicamente da necessidade imperiosa de fornecer informação económica e financeira às figuras centrais do mundo económico atual, os grupos de sociedades privadas. A transposição para o Estado das ferramentas e regras de gestão do sector privado obedece à mesma lógica de mercado. A lógica que permite aos mais diversos agentes políticos controlar com facilidade os gastos e a gestão, no caso as Autarquias. -----

O chamado Estado eficiente das contas consolidadas é hoje um modelo que leva à entrada, na administração pública, de uma gestão do tipo empresarial e uma maior tendência para orientar a sua atuação administrativa de acordo com os valores do sector privado. -----

Apesar de nem sempre estarmos de acordo com alguns destes métodos, próprios das grandes empresas que visam apenas o lucro, isso não significa que não devamos exigir rigor, cumprimento da lei na administração da coisa pública nem significa abdicar de ter à frente do serviço público, homens e mulheres eticamente irrepreensíveis e acima de qualquer suspeita. -----

Na verdade, gerir um programa de serviço público não é o mesmo que gerir uma empresa, porque a missão do serviço público é determinada pelos representantes do povo e não pelos gestores. As instituições públicas regem-se pela resposta às necessidades coletivas, enquanto as instituições privadas se regem, principalmente, pela resposta ao benefício e à rendibilidade particular dos seus acionistas. -----

Estamos hoje e mais uma vez a apreciar e votar os documentos de prestação de contas consolidadas do grupo autárquico, respeitantes ao ano 2019. As demonstrações financeiras consolidadas, isto é, o balanço consolidado, os mapas de execução orçamental consolidados e demonstração dos resultados consolidada, apresentam a posição financeira do campo autárquico, o resultado das operações e o relato de execução orçamental. -----

No caso do nosso Município o perímetro de consolidação é composto pela Câmara Municipal da Covilhã, pela ICOVI, E.M. pela ADC, Águas da Covilhã, pela PARKURBIS e pela Município, Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A., sendo entidade mãe (entidade consolidante) a Câmara Municipal da Covilhã. -----

Senhores Presidentes, senhoras e senhores deputados -----

A análise às contas consolidadas do Município revela que este executivo, mais uma vez, tem mantido a linha de redução de dívida, libertando-se o cerco financeiro a que tem estado vinculado por via da elevada dívida à data de 2013 e que tem vindo, fruto de uma boa gestão e de forma eficaz a ser reduzida sustentadamente. -----

Mas consertemos, esse ano que passou, faz parte da história, dos tempos das trevas, os verdadeiros responsáveis foram entretanto julgados duas vezes, só mesmo o PSD continua a não recordar-se dos contratos assinados nem se ter, ainda apercebido das mudanças que aconteceram desde então e que são agora demonstradas nas contas apresentadas. -----

Assim importa destacar, a exemplo do que tem vindo a acontecer, e em primeiro lugar a situação da dívida de médio e longo prazo. No final de 2019 a dívida de M/L prazo fixa-se nos 37 Milhões de Euros em virtude de uma diminuição de 11,9 Milhões de Euros que representa 24% do total daquela dívida. Continua pois este executivo a trilhar o caminho da responsabilidade, da sustentabilidade, em suma do nosso futuro. Este executivo não só faz, como paga o que faz e ainda paga a dívida dos outros. -----

De forma inversa, a dívida de curto prazo aumentou em cerca de 4,8 Milhões de Euros. -----

Este aumento substancial da dívida de curto prazo sucede como devem saber por efeito da reclassificação da dívida de M/L prazo para o curto prazo. Pelo que importa, assim destacar um facto indesmentível a diminuição da dívida na sua globalidade no valor de 7,1 milhões de Euros. Paralelamente a dívida de fornecedores sob grande vigilância, que tanta importância tem na economia real do Concelho, diminuiu também de forma marcante. No ano de 2019 a dívida a fornecedores apresenta uma diminuição de mais 500 mil Euros que corresponde a mais de 17% do total. No entendimento da Bancada do PS este é o caminho que deve continuar a perseguir, apelando mesmo à intensificação, tendo em conta os tempos de grande incerteza económica, provocados pela crise do COVID 19, é fundamental garantir liquidez em todos os agentes económicos, em especial os do nosso concelho. -----

Mas não ficamos por aqui, a dívida para com as Freguesias diminuiu também drasticamente, é quase hoje inexistente, dando assim um importante contributo para o trabalho que os autarcas eleitos nas freguesias de forma abnegada têm vindo a desenvolver, contrariando o que outrora, tantas e tantas vezes vinham fazendo, muito com pouco, diria melhor, tantas e tantas vezes fazendo muito com nada, sem nunca terem virado as costas aos seus fregueses. -----

O resultado deste esforço, evidente, nas contas agora apresentadas, deve-se pois a muitos: desde logo nas freguesias, a todos os funcionários do município que ajustaram o seu nível de operação, tendo em conta a gestão parcimoniosa dos recursos disponíveis, mas também, como é evidente, pela ação de todo o executivo que está de parabéns, sobretudo o Senhor Presidente que recordemos tem o Pelouro financeiro da CMC, sendo ele o principal responsável político mas também operativo pelo caminho traçado. -----

Antes de terminar quero ainda abordar o Resultado Líquido do Exercício, que se apresenta negativo em cerca de 1,5 Milhões de Euros, mas que se entende tendo em conta o valor das amortizações efetuadas durante o exercício em análise. -----

Assim, face ao exposto e tendo em conta a auditoria por entidades certificadas e de idoneidade indiscutível, a bancada do Partido Socialista votará favoravelmente e com agrado as Contas apresentadas nesta assembleia.” -----

- O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** informou que a dívida de médio e longo prazo foi reduzida 24%, 11,8 milhões de euros e referiu: isto são factos, não há aqui cosmética. Mais, estas contas estão auditadas pelos Revisores Oficiais de Contas e, há outras Instâncias, o Tribunal de Contas, as inspeções, a DGAL e os Senhores também apreciam as contas. E depois, falta de transparência?! O que é que querem mais? É preciso trabalhar, a fazer continhas e chegar cá com a matéria estudada. -----

Mais uma vez persiste a confusão entre a dívida. A transição do POCAL para o SNC-AP, repito, obriga a transformar alguma dívida de médio e longo prazo, em curto prazo e isto distorce a leitura contabilística, mas não distorce a realidade. -----

Relativamente à água – a ERSE, Entidade Reguladora, obriga a que vá à reunião do Município e, depois, à sessão da Assembleia Municipal, dar conhecimento de qual é o tarifário que está em vigor. E, o tarifário não sofreu qualquer alteração. O tarifário é o mesmo. É a ratificação do conhecimento, ou seja a Câmara tomou conhecimento que o tarifário era aquele e agora trouxe à Assembleia para ser ratificado esse conhecimento. -----

Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Relatório das Contas Consolidadas 2019** foi a mesma **aprovada por maioria com 15 votos a favor (PS, DNCCP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio) e 10 votos contra (DNCCP, CDS-PP, PSD e PCP).** -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS), Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino (DNCCP) e os Presidentes de Junta/União de Freguesia de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Cortes do Meio, Dominguiso, Paul, Peraboa, Unhais da Serra, Casegas e Ourondo, Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

Os Senhores: Eng.º Hélio Jorge Simões Fazendeiro, Dr. José Paulo Pina Simão e Dr. Nuno Filipe Abreu Pedro não votaram por impedimento legal, nos termos do artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo. -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD):** “O que eu venho aqui a dizer é salientar que o Partido Socialista já trazia preparada uma invenção de resposta àquilo que o PSD, eventualmente diria, e, demonstrou duas coisas: -----

- 1.º Sabe a fragilidade dos documentos que apresenta; -----
- 2.º Que nos dão mais importância e aos nossos argumentos do que o que querem transparecer. –

Efetivamente acabou por me dar razão, porque eu critiquei aqui que a dívida não era 7 milhões, como diziam, mas sim 5 e o Senhor Deputado, meu amigo Vítor Pinho que muito respeito, acabou por vir aqui dizer e efetivamente concordar com o valor que eu aqui dei da dívida e contradizer a Colega do PS que tinha dito que eram 7 milhões. -----

Só se esqueceu de uma coisa, é que quando preparou a intervenção, falava aqui nesses contratos, que nós não sabíamos. Eu falei aqui, precisamente na minha intervenção, dos contratos que estavam previstos e o que o Município fez, ou não fez, face a esses contratos. Foi aqui, utilizando uma expressão do Presidente da Câmara, que o argumento fez ricochete, porque se calhar preparou e quando ouviu a minha intervenção, não deu conta que eu falei nisso e os expliquei. --- Senhor Presidente da Câmara eu fiz-lhe três perguntas, com todo o respeito que tenho por si, sobre a ADC, a ADS e se vai ou não cumprir a lei quanto à prestação das contas das Empresas Municipais a título individual, não me respondeu a nenhuma. Respondeu-me à dívida. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra e respondeu que a lei será cumprida.-

Retomando a palavra, o **Senhor Doutor Hugo Ferrinho Lopes** disse: Saliento, nesta declaração de Voto, que o Presidente a Câmara assumiu aqui o compromisso de passar a trazer as contas individuais das Empresas Municipais, nas Contas Consolidadas. -----

Última nota, face às coisas que aqui fomos vendo, quando falarem da Oposição e quando criticarem e mandarem argumentos, na minha opinião, por vezes baixos (é normal umas caneladas, dentro de alguns limites), não se esqueçam que aprovaram agora as Contas Consolidadas e que vamos votar a seguir a Revisão Orçamental graças à Oposição, porque da Bancada do Partido Socialista, 80% já desertou. Se a Oposição não estivesse aqui não podiam votar estes documentos. Portanto, é o que eu tenho a dizer.” -----

2.11– PRIMEIRA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA

--- Na sequência da deliberação da Câmara Municipal, tomada na reunião de 22 de junho de 2020, foi presente à Assembleia Municipal o assunto acima identificado, que lhe foi remetido para efeitos do disposto na alínea a), do n.º 1, do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, através do ofício n.º 2986 de 2020.06.22 e seus anexos. -----

- Este documento que se dá como inteiramente reproduzido na presente acta fica, para todos os efeitos legais, arquivado em pasta própria existente para o efeito. -----

--- Submetido o assunto à apreciação foram intervenientes os Senhores: -----

- **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP):** “Sobre esta alteração Orçamental, dizer duas coisas: 1.º obrigado, por finalmente nos darem razão. É que esta é a verdade, que nós andamos aqui, que nós somos os maus, que não fazemos nada, que não estudamos e que não preparamos nada as coisas, mas afinal de contas, quando falámos na altura, dissemos – olhe que esta inscrição da verba, no orçamento, para as refeições escolares não chega; esta coisa para as estradas não chega; esta inscrição para aqui não chega (porque sabem, efetivamente também não é muito difícil, é recorrente, todos os anos, esta falta de consciência na orçamentação, da Câmara Municipal), nos transportes, nas Freguesias, não chega, de facto aquilo que está no orçamento inicial não chega para nada. Bem-vindos à realidade! Finalmente existe uma alteração orçamental que seja minimamente credível, vamos ver é se isto representa, efetivamente, execução no final deste ano. -----

Tenho dúvidas e por isso pergunto se a receita, que é alocada a esta alteração orçamental, de 2,2 milhões de euros, que está inscrita na rubrica saldo de gerência anterior (na posse do serviço na conta 16 101 como consta da alteração) se isto de facto é dinheiro que estava em caixa e que não foi gasto? Confesso-lhe que fico na dúvida, porque se eu tenho um resultado líquido negativo de 1.5 milhões de euros, é de facto uma gestão excelente ter 2 milhões em caixa e ter um prejuízo de 1.5. Mas pronto, é porque esse dinheiro já tinha algum interesse. Não acredito que esta Câmara já previsse que houvesse COVID e outras coisas que tais, mas de qualquer maneira, esta necessidade de previsão, como já aqui ouvi hoje, se calhar se não fosse este dinheiro, não se conseguia fazer nada agora. -----

Pergunto, se isto era dinheiro que não foi gasto e que foi alocado ou que foi, à boa maneira santanista, cativado no ano 2019 para agora ser aplicado nesta alteração, ou se já previam que esta alteração tinha que acontecer? De qualquer maneira nós, e fica já a minha declaração de voto, por estas razões abstemo-nos nesta votação.” -----

- **Doutor Hugo Ferrinho Lopes (PSD)** disse que a intervenção, que se transcreve, fica já como declaração de voto: “A alteração orçamental é um documento obrigatório, necessário, absolutamente regular nesta Assembleia e não faz sentido, no entender do PSD, votar contra este documento. Ainda assim, não podemos votar a favor, pelas razões que já elenquei aqui de manhã e algumas delas foram abordadas na intervenção anterior. Não se percebe o porquê de terem ficado cativados, digamos assim, 2,25 milhões de euros, não se percebe para que, nem o porquê. É um perigo para a Covilhã não investir e a baixa taxa de execução de investimento que tivemos. Por essas razões, naturalmente abstemo-nos. -----

- **Prof. Vítor Manuel Reis Silva (PCP):** “Senhor Presidente tentei procurar encontrar a origem da coisa, porque nós estamos aqui a falar em inscrições e reforços, não é? -----

Na coluna das diminuições este valor, este valor veio de algum lado, penso eu que deve ser o saldo que transitou de 2019 para 2020. Mas sendo assim, dizer que concordamos com a distribuição, aliás vem ao encontro de algumas necessidades que temos verificado e salientava aqui a rede viária, caminhos Municipais, os arruamentos em Freguesias, a questão da educação e o reforço, também, para o Centro de Inovação Cultural. Eu até fiquei a pensar, Senhor Presidente, como não

deu resposta ainda aos requerimentos sobre a requalificação das vias municipais e aquela proposta de requalificação daquela estrada municipal do cruzamento de Unhais – Paul – Ourondo-Casegas – Sobral de S. Miguel – Pedras Lavradas. -----

Dizer-lhe que aquele acesso ao Concelho de Seia é, de facto, vergonhoso. E, depois, há ali uma diferença entre o piso, no Concelho de Seia e o piso no Concelho da Covilhã. A mesma coisa acontece, toda a gente fala nisto, na ligação ao Concelho da Pampilhosa, Barroca Grande – Pampilhosa, que é uma zona muito utilizada, diariamente utilizada por quem trabalha nas Minas da Panasqueira, tem mais trânsito do que aquilo que nós pensamos e toda a gente se espanta e dizem que quando entram no Concelho da Pampilhosa, é outro mundo. Dizem eles, é como quando a gente sai de Portugal e entra em Espanha. A gente ouve isto diariamente, quem transita por ali, neste momento é muito transitada na procura da Barragem de Santa Luzia. -----

Dizer-lhe que, pelo conhecimento que tenho e daquilo que vou ouvindo, há a via que eu referi, a ligação às Pedras Lavradas, a ligação à Pampilhosa e a Ponte Pedrinha – Ferro – Peraboa, penso que são as três vias que merecem mais críticas e mais reparos em relação aquilo que se vai ouvindo. A pavimentação já deveria estar executada há cinco anos. Portanto, fazê-lo agora não é favor nenhum. Não há dinheiro, não há dinheiro, mas já verificamos que em 2019 o dinheiro foi todo investido na Cidade e nas Freguesias ficou tudo a ver navios.” -----

- **Eng.ª Catarina Sofia Oliveira Ramos Mendes (PS)** referiu que o Partido Socialista vai votar favoravelmente este ponto, porque traduz investimento, nomeadamente no Centro de Inovação Cultural, em arruamentos e conservação de redes viárias. E, também, devido à pandemia, a necessidade de reforço de algumas verbas para fazer face a despesas escolares, com refeições, prolongamento de horário e transporte escolar. -----

Terminou dizendo: “Há aumento de investimento e, como tal, não nos poderíamos opor a ele.” –

- O **Senhor Presidente da Câmara Municipal** prestou esclarecimentos e disse: quem viu com atenção as Contas, as receitas totais em relação às despesas totais atingiram a percentagem de 105.79, ou seja libertámos 5.79 de receita para o ano seguinte, cobrámos mais receitas do que despendemos. Ora bem, não se deve confundir execução económica, que é o resultado líquido do exercício, com execução financeira, fluxos de caixa, não se pode confundir estas duas coisas. O saldo de gerência foi o valor que consta da conta de gerência aprovada hoje, na sessão da manhã, efetivamente, é o valor financeiro que transita do ano 2019 para ano de 2020. Tinham que vir agora, essas contas, e só agora podiam ser objeto de votação. O saldo de gerência, do ano anterior, só pode ser integrado no orçamento após aprovação da conta de gerência. -----

Colocada a proposta da Câmara Municipal à votação – **Primeira Alteração Orçamental Modificativa** foi a mesma **aprovada por maioria com 20 votos a favor (PS, PCP e os Presidentes de Junta/União de Freguesias de Ferro, Orjais, Sobral de S. Miguel, Tortosendo, Verdelhos, Barco e Coutada, Peso e Vales do Rio) e 8 abstenções (DNCCP, CDS-PP, PSD)**. -----

Não votaram, por não se encontrarem na sala, os Senhores: Dra. Joana Filipa Real Sardinha (PS), Dr. Francisco César Pinto de Almeida Lino (DNCCP) e os Presidentes de Junta/União de Freguesia

de Aldeia de S. Francisco de Assis, Boidobra, Cortes do Meio, Dominguiso, Paul, Peraboa, Unhais da Serra, Casegas e Ourondo, Vale Formoso e Aldeia do Souto). -----

Foi feita Declaração de Voto

- Senhor **Dr. João José de Jesus Lopes Bernardo (CDS-PP)**: “como declaração de voto apenas queria reforçar, para além da intervenção que fiz, que queria registar solenemente e em ata que a única pessoa que falou de eleitoralismo acerca deste ponto, nesta Assembleia, foi o Senhor Presidente de Câmara. Portanto, *pela boca morre o peixe*. Muito obrigado.” -----

--- O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal, Dr. João José Casteleiro Alves**, antes de dar por terminada a Sessão transmitiu a seguinte mensagem: -----

“Quando começou esta pandemia ninguém sabia qual seria a sua evolução, mas todos sabíamos que o nosso dia a dia iria ser diferente, disso tínhamos a certeza. Eu tive o cuidado, logo de início, de enviar uma mensagem aos Senhores Presidentes de Junta sobre os cuidados a ter com a chegada dos Emigrantes. Alertei para o direito que eles têm de visitar as famílias, mas alertei igualmente para a segurança necessária neste tipo de encontros, onde os afetos por vezes nos podem deixar menos atentos aos problemas de contágio. Sensibilizar para os cuidados a ter nestas situações foi a minha preocupação. Igualmente aproveito para alertar sobre a questão dos assintomáticos, pois como não apresentam sintomas requerem uma atenção redobrada de todos nós. Eu peço ainda aos Senhores Presidentes de Junta, porque são as pessoas que vão estabelecer contatos mais diretos com a maioria dos nossos Emigrantes, nossos familiares, nossos amigos, que transmitam a mensagem de que todos são bem vindos, mas com segurança e, se possível, alertar para a necessidades dos testes e das quarentenas sempre que julguem necessário. Informem por favor que a quarentena não exige um total isolamento; evitar contatos e ter em conta, todos os cuidados que a DGS impõe. Fazer-lhes sentir que este país também é deles, mas que o momento que vivemos exige muitas precauções. -----

Peço-vos, pois, que insistam que não deve haver ajuntamentos e insistam no uso diário e sistemático da máscara.

Esta era a mensagem que eu queria transmitir! -----

Estou sempre à vossa disposição, não tenho problemas em atender o telefone. Caso eu não possa atender, enviem mensagens. Tenho recebido imensas, algumas para tirar dúvidas e quando não sei também me informo junto de quem sabe.

Confiem nas pessoas que estão, principalmente aqui na nossa zona, na saúde pública. As Autoridades de Saúde têm desempenhado um excelente papel, com as pessoas que estão em casa e, por isso, nós temos tido um grande alívio, dentro do Hospital, pela ajuda que tem sido prestada pela Saúde Pública. Temos tido algumas pessoas internadas, às vezes, enfim, forçando um pouco a nota, porque há famílias que rejeitam frequentemente as pessoas que estão infetadas. Isto é um problema e, muitas vezes, nas próprias famílias, o marido rejeita a mulher e a mulher rejeita o marido, quando há suspeitas de infeção. Mais uma vez, repito, é necessário cuidado, somos humanos e temos de proceder como tal. Quando ocorrerem suspeitas de Covid, a rejeição não é

solução, é preferível testar, acorrer aos Serviços de Saúde e tirarem todas as dúvidas. -----
Obrigado por terem estado aqui hoje, neste exercício cívico em prol da democracia. Sinto-me honrado por termos tido oportunidade de diálogos tão profícuos ao longo destas duas sessões. --
Obrigado!" -----

3. PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- Não houve intervenientes. -----

ENCERRAMENTO DA SESSÃO

--- O Senhor Presidente da Mesa, por se ter chegado ao fim dos trabalhos, deu por encerrada a Sessão. Eram vinte uma horas e trinta e sete minutos, da qual se lavrou a presente ata que, para sua inteira validade e fé, no fim, vai ser assinada: -----

O Presidente,

O 1.º Secretário,

O 2.º Secretário,